

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE
ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

ISSN 1413-3474

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Publicação Semestral - Junho de 1996 - Edição Nº 14

*Fundação
Cultural
De Joinville*

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

*Judite
1997*

Publicação Semestral - Junho de 1996 - Edição Nº 14

*Fundação
Cultural
De Joinville*

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
Joinville, Fundação Cultural / Arquivo Histórico,
nº. 14, Jan/Jun. 1996.

SEMESTRAL

I, Joinville - História - Periódicos
CDU 908 (816.42J) (05)
CDD 981.64005

É proibida a reprodução total ou parcial dos artigos arrolados, por quaisquer meios, sem a permissão dos autores e da Fundação Cultural de Joinville/Arquivo Histórico de Joinville.

- Diagramação e Arte Final: *Editora Movimento & Arte*
- Impressão e Montagem: *Tech Graphics*

ÍNDICE

| | Pág. |
|---|------|
| Apresentação | 05 |
| A Criação do Arquivo Histórico Municipal de Joinville | 07 |
| ADOLFO BERNARDO SCHNEIDER | |
| Patrimônio Arquivístico | 13 |
| APOLINÁRIO TERNES | |
| AHJ - Um Testemunho..... | 17 |
| RAQUEL S. THIAGO | |
| O Potencial Arquivístico do Arquivo Histórico de Joinville..... | 21 |
| MARIA THEREZA BÖBEL | |
| Uma Experiência em Curso... .. | 27 |
| ILANIL COELHO | |
| A Importância do Arquivo Histórico Municipal | 31 |
| HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO | |
| A Importância do Arquivo Histórico na Pesquisa e na Construção da Identidade | 33 |
| JOÃO KLUG | |
| Considerações sobre a História Nova e o Arquivo Histórico de Joinville | 39 |
| PROF ^ª DRA. SANDRA P. L. DE CAMARGO GUEDES | |
| Os primeiros anos da Colônia Dona Francisca: Imigração e Trabalho | 47 |
| MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES | |
| Informativo..... | 53 |
| Documentos incorporados ao acervo..... | 57 |
| Pesquisas no AHJ..... | 59 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

Prefeito - Wittich Freitag

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE

Presidente - Zelândia Ramos dos Anjos

Diretora de Cultura - Raquel S. Thiago

Diretor de Eventos - Rolf Sell

Diretor Administrativo - Carlos Agostinho Zimmermann

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Diretora - Ilanil Coelho

BOLETIM DO AHJ

Assessoria Técnica:

Dúnia de Freitas

Ilanil Coelho

Raquel S. Thiago

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Rua Hermann August Lepper, 65 Caixa Postal D-100

CEP 89221-000 - Joinville - SC

Fone: (047) 422-2154

Apresentação

Neste ano de 1996, o Arquivo Histórico de Joinville comemora dez anos de funcionamento em sua atual sede. Por que tal fato é tão representativo? Por que comemorar uma mudança de endereço? Criado em 1972, o Arquivo Histórico demonstra em sua própria trajetória uma luta intensa da sociedade joinvilense pelo direito de preservação da sua memória histórica.

A construção do atual prédio, equipado com sistema central de ar condicionado, climatização de ambiente e alarmes contra incêndio e roubo, colocou o AHJ, desde a inauguração, em 1986, em posição de destaque no contexto nacional, já que poucas cidades do país possuem instalações e prédios adequados a abrigar o seu patrimônio arquivístico. Porém, o mais importante é que este prédio, enquanto produção cultural, foi e continua sendo expressão de um desejo social de apropriação do passado e do presente. A cidade, portanto, orgulha-se de tê-lo como referência.

É com imensa satisfação que apresentamos o número 14 do Boletim, dedicado exclusivamente ao registro da memória do AHJ, para o qual contamos com testemunhos de seus antigos diretores e de pesquisadores que aceitaram o nosso convite para escrever sobre suas experiências, angústias e desafios nesta instituição. O resultado pode ser constatado através da leitura de relatos envolventes que ora oferecemos aos nossos leitores.

*Ilanil Coelho
Diretora do AHJ*

A CRIAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE JOINVILLE

ADOLFO BERNARDO SCHNEIDER

Joinville e todo o Brasil Meridional estava passando por um longo período de estagnação cultural, que teve início com os decretos do Presidente Getúlio Vargas, de 1934, fechando cerca de 2.000 escolas, onde se lecionava em alemão, de 1936, quando foi proibida a imprensa-brasileira em alemão, que atingiu dois jornais editados em Joinville desde 1862 e 1895, e afinal a proibição completa de tudo o que era impresso em alemão, seja importado ou não, e também qualquer comunicação em alemão, seja verbal ou por escrito. O esquema cultural montado aqui pelos imigrantes alemães, de cultura destacada, desde 1850, simplesmente parou, pois, na época, a cultura luso-brasileira não possuía ainda condição para entrar na brecha aberta por essa legislação getuliana, que havia fechado perto de cem

sociedades de lazer e de apoio cultural, que existiam em Joinville. Foi um “apartheid” mais perfeito do que o decretado pelos descendentes dos colonizadores holandeses na África do Sul. Realmente, por longo tempo, tudo parou.

A industrialização, que se realizou em Joinville em velocidade galopante, trouxe a solução para o problema visado pela legislação getuliana. Nossos operários vieram do interior e todos falavam fluentemente português. Mas as indústrias representaram apenas um apoio para a Cultura. Esta teve que ser reavivada de outra maneira.

Em 1964 houve eleições para Prefeito, sendo eleito o Dr. Harald Karmann, que assumiu a 1ª de fevereiro de 1970. Conta que uma das primeiras Portarias assinadas pelo novo Prefeito foi a nomeação de Adolfo Bernardo Schneider para

Diretor da Biblioteca Municipal “Rolf Colin”. Não conhecia eu bem as minhas atribuições, mas observando o trabalho realizado pelas bibliotecárias, notei que havia um armário onde eram guardadas publicações que não interessavam tanto a Biblioteca guardar: os jornais de Joinville, os Diários Oficiais da União e do Estado e outras coisas mais. Além disto, no sótão da Biblioteca estavam guardadas coleções de jornais joinvilenses (80 volumes), que este autor havia adquirido da viúva Dona Rola Schwartz, devidamente autorizado pelo Prefeito da época. E se lembrou o autor de uma já antiga questão com o Presidente da Comissão do Museu, Sr. Carlos Ficker, o qual insistia em formar o seu Arquivo particular com a documentação da “Colônia Dona Francisca”, que estava guardada no chalé existente ao lado do Palácio dos Príncipes, levando aos poucos toda essa documentação para sua casa particular, localizada no Morro Fritz Alt. O autor sempre foi de opinião que essa documentação e qualquer outra deveria ser guardada em um ARQUIVO PÚBLICO.

A nomeação do autor para Diretor da Biblioteca “Rolf Colin” fechou, em boa hora, um círculo. Ele

expôs, daí, o assunto à Sra. Diretora da Secretaria de Educação e Cultura, que na época era a Sra. Dra. Iraci Schmidlin, a qual levou o assunto ao conhecimento do Prefeito Dr. Karmann, o qual aprovou imediatamente a idéia. Este autor elaborou então a lei, criando o Arquivo Histórico Municipal de Joinville, que entregou à Sra. Dona Iraci, a qual encaminhou o mesmo à Câmara Municipal, que aprovou a lei sem qualquer emenda. Isto foi em agosto de 1972.

Estaca de partida foi, por conseguinte, aquela coleção de perto de 100 volumes da imprensa de Joinville, da Editora de Eduardo Schwartz, que se encontrava no sótão da Biblioteca, mais uma pequena pilha de Diários Oficiais da União e do Estado, uma pequena pilha de exemplares do “Jornal de Joinville” e de “A Notícia” não encadernados. Havia no sótão da Biblioteca também uma coleção incompleta das Leis do Império, em volumes com lombadas em marroquim vermelho, que eu queria incorporar também, o que porém me foi vetado pela bibliotecária de plantão. Como primeira Sede do Arquivo foi escolhida a Sala “C” da Biblioteca, do tamanho de 10x11m²,

que se encontrava vazia na época. Onde o Arquivo continuou até sua mudança para um edifício próprio, construído na primeira gestão do Prefeito Sr. Wittich Freitag, com ajuda do Consulado Geral da República Federal de Alemanha, cujo Cônsul Geral esteve em Joinville e constatou a importância extraordinária desta fundação, isto é, depois que eu, como primeiro Diretor nomeado, havia conseguido ocupar todo o espaço ao meu dispor com milhares de volumes encadernados, por exemplo, com Diários Oficiais da União e do Estado. Além dos exemplares existentes na Biblioteca, havia eu conseguido a doação dos DD.OO. da Delegacia de Rendas Federais que estava de mudança para as suas novas instalações na Rua Dona Francisca, mas que não bastaram para montar uma coleção completa. Consegui as coleções da ACIJ, da firma Germano Stein S.A., depois da Fiação Joinvilense, do Moinho de Trigo. Todas essas coleções eram falhas, fato este, que já me provou, de saída, como foi importante esta minha idéia, de fundar um Arquivo Histórico, que incluísse as Leis da Nação e do Estado. Um senhor, que estava necessitando da xerox de uma

lei federal para se aposentar, esteve aqui, depois de procurar no Arquivo em Curitiba: o mesmo ficou encantado, ao ver, enfileirados e classificados por meses e anos, os DD.OO. da União. Bastou pegar no volume certo, para tirar a cópia. Em Curitiba, disse ele, os DD.OO. estão amontoados em um Salão, nada está encadernado e poderia, talvez, procurar meses e anos, sem contudo poder contar com a certeza de encontrar o exemplar procurado.

O começo estava feito, mas faltava o motivo real da criação do Arquivo: a documentação histórica guardada no chalé do “Domínio Dona Francisca” ali ao lado do Palácio dos Príncipes. Não sabia eu na época que essa documentação toda já se encontrava na casa particular do Sr. Ficker que era Presidente da Comissão do Museu. As minhas divergências com o referido senhor já duravam perto de 20 anos e aparentemente não se vislumbrava alguma solução. O pior é que o mesmo gozava da proteção de um Prefeito anterior, o qual ainda não tinha opinião certa formada sobre o assunto de tamanha importância para Joinville. Inclusive a coleção praticamente completa do “Kolonie-Zeitung”, única coleção

existente no mundo inteiro, pois nem na Alemanha havia essa coleção, que o Sr. Max Boehm, último sócio gerente da firma Boehm & Cia., editora do referido bi-semanário, Max havia prometido vender para a Prefeitura, caso estivesse à venda. Mas que não cumpriu a promessa, duvidando, talvez, que a Prefeitura dispusesse da verba de 1 milhão de cruzeiros para aquisição da coleção.

Mas eu não entreguei os pontos. Na época já era Prefeito o Sr. Pedro Ivo Figueiredo de Campos. Pedi ao mesmo, que declarasse de utilidade Pública essa coleção, o que o mesmo também o fez. Mas o processo de desapropriação ficou encalhado. O Sr. Pedro Ivo não reagiu quando anos mais tarde, quando o Sr. Ficker tinha falecido na Alemanha e fora enterrado em São Paulo, os filhos estiveram em Joinville, junto com um enorme caminhão de mudanças para levar para São Paulo o acervo deixado aqui pelo pai. Pedi ao Sr. Pedro Ivo que solicitasse ao Juiz um despacho de “busca e apreensão” do “Kolonie Zeitung”, mas o mesmo, no fim do governo, nada mais fez. E assim foi para São Paulo, em parte para Minas Gerais, além da coleção completa do “Kolonie Zeitung”, também o

documentário praticamente completo da História de Joinville. Desde o primeiro Livro Caixa iniciado no dia em que foi fundada Joinville, o que eu na época ignorava. Eu não sabia, que o Sr. Ficker havia levado para casa toda essa documentação juntada pelos Diretores da Colônia, Sr. Eduardo Schroeder, Sr. Leoncie Aubé, Sr. Mathorel, Sr. Otto Niemeyer, Sr. Frederico Brustlein, Sr. Ottokar Doerffel e outros mais. Tudo estava em São Paulo e em Minas Gerais, onde o filho mais velho do Sr. Carlos Ficker trabalhava de engenheiro florestal.

Um caso quase perdido, quando houve novas eleições. O Prefeito eleito Sr. Luiz Henrique da Silveira, depois de designar novo Diretor para o Arquivo, que ainda se encontrava na Sala “C” da Biblioteca, resolveu intervir: negociando com os filhos do Sr. Ficker, conseguiu acertar o preço do Arquivo Particular do mesmo, se não me falha a memória, era de 400 milhões de cruzeiros. A caminhonete da Prefeitura, junto com o novo Diretor, Sr. Apolinário Ternes, esteve duas vezes em São Paulo e em Minas Gerais, tamanha era a cópia de documentos de Joinville em

poder do falecido.

Chegados a este ponto, as instalações da Sala “C” da Biblioteca não eram mais suficientes para abrigar tamanha cópia, com a devida ordem de documentos ligados à História de Joinville. O Sr. Luiz Henrique foi seguido pelo Sr. Freitag, o qual conseguiu interessar o Cônsul Geral da Alemanha, de Curitiba, resultando uma contribuição bastante elevada em dinheiro para a construção da nova sede, ali na Rua Hermann August Lepper. Instalações que, seja dito, sem apelar para o costume do avestruz, já há tempo estão novamente insuficientes. A solução seria, ao meu ver, construir sobre o atual prédio um terceiro andar, mas melhor seria se fosse construído ao lado Sul, encostado ao atual prédio, um outro prédio exatamente igual. Criando um espaço, aliás, absolutamente necessário para os próximos 50 anos.

EM TEMPO: Sejam lembrados, em tempo, alguns fatos ocorridos na gestão do Prefeito Dr. Harald Karmann, que ocorreu de 1º de fevereiro de 1970 até 31 de janeiro de 1973. Na época era Diretora da Secretaria da Educação

e da Cultura a Sra. Dona Iraci Schmidlin. Nessa breve gestão de 3 anos foi criado o Museu Fritz Alt, comprando a Prefeitura a propriedade do falecido artista, aquela propriedade que hoje é a Sede do “Museu Fritz Alt”. Tive participação destacada nesta compra, assinando duas daquelas promissórias de Cr\$ 5.000.000,00 cada, cujo desconto no Banco do Brasil deu à Prefeitura o numerário necessário para efetuar a compra. Na época também foi fundado o Instituto Cultural Brasil-Alemanha. As pessoas de proa foram 4: O Cônsul Geral da Alemanha de Curitiba, que no dia da fundação esteve aqui, o Sr. Zimmermann, que era o representante consular em Joinville da R.F.A.. Depois o Dr. Raul A. Buendgens, na época Juiz de Direito e Adolfo Bernardo Schneider. Fomos 4, as pessoas de proa, no Salão Nobre da ACIJ. Foi fundado, também, neste curto período de gestão do Dr. Karmann, o MUSEU DO SAMBAQUI e além do ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL, também a CASA DA CULTURA, esta inaugurada no último dia de governo do Dr. Karmann. Autora dessa façanha extraordinária: a Sra. Iraci

Schmidlin, que já foi Secretária da Educação e Cultura na gestão do Prefeito Nilson Wilson Bender, depois novamente na gestão do Dr. Karmann e agora pela terceira vez nesta segunda gestão do Sr. Wittich Freitag.

Faço questão de lembrar nesta oportunidade a minha participação na criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, criado na gestão do Presidente Marechal Dutra. Em fins de 1950 eu escrevi o meu primeiro artigo, que foi publicado pelo Sr. Waldemar Luz na sua Revista “VIDA NOVA”. Terminei aquele artigo dizendo que estava na hora de se criar em Joinville um Museu. Eu me referia ao “Museu do Sambaqui que seria inaugurado em 1972, mas o Prefeito da época, Dr. João Colin entendeu e fez muito bem, que o pedido se referia a um Museu para lembrar os feitos dos imigrantes. No domingo seguinte à publicação do meu artigo, o mesmo, que morava na Rua Rolf Colin e eu já na Rua Tijucas, esteve

lá em casa e falou: “Adolfo, eu também acho que Joinville deve voltar a ser escrito com dois eles, eu vou providenciar. Eu vou providenciar, também, a criação de um Museu”. Realmente, o Dr. João Colin entrou em contato com o Sr. Jaroslau Pesch, que na época era o administrador do “Domínio Dona Francisca”. O Palácio dos Príncipes foi adquirido por 2 milhões de cruzeiros e quando, no Rio de Janeiro, o Presidente Marechal Dutra teve que escolher o local do Museu, o mesmo escolheu Joinville, pois Blumenau também estava na lista, até com direitos mais antigos, mas foi dado preferência a Joinville, porque nós estivemos em condições de oferecer uma sede minúscula digna para esse Museu. Assim, uma idéia lançada em boa hora contribuiu para a existência do nosso Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville. □

Junho, 1996.

PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO

APOLINÁRIO TERNES

O patrimônio arquivístico de Joinville é um dos mais ricos e completos dos existentes no país. Não se trata de excesso retórico, mas de singular e indesmentível verdade.

Num país sem memória, como se convencionou chamar o Brasil, Joinville reúne documentação de sua história que alcançam dimensões verdadeiramente históricas. Desde o primeiro mapa da região, feito no ano de 1846 por Jerônimo Coelho, catarinense nascido na Laguna e importante Conselheiro do Império, ao jornal de ontem, religiosamente preservado nas sagradas dependências do nosso Arquivo Histórico Municipal.

Seria enfadonho e acadêmico transcrever aqui as “preciosidades do Arquivo”. Aliás,

existe texto, com este mesmo título, da historiadora Elly Herkenhoff, inegável autoridade em termos de patrimônio arquivístico joinvilense.

Minhas considerações, portanto, não farão a abordagem da riqueza do material existente. Não só em sua especificidade histórica, de documentos primários, mas também em sua natureza de volume e qualidade. Basta dizer que temos, no Arquivo, a coleção completa e única do importante “Kolonie Zeitung”, que se publicou na colônia desde o ano de 1862, quando Joinville tinha só onze anos de fundação, até 1942, quando acabou pela tirania da “Campanha de Nacionalização”, decretada por Getúlio Vargas e conduzida com impressionante pertinácia pelo inter-

ventor Nereu Ramos.

Preservada por polêmica ação do historiador Carlos Ficker, a documentação primária da fundação e colonização de Joinville hoje existente no Arquivo, no que considero 90% do material realmente documental, ainda carece de tratamento adequado. Sua classificação e catalogação permanece a mesma feita pelo citado historiador, que se autorizou "proprietário" daquela vasta documentação. Decisão do prefeito Luiz Henrique da Silveira, em 1977, quando então dirigíamos o Arquivo de Joinville, fez com que todo o acervo fosse adquirido pelo Município e deslocado do interior de Minas Gerais, onde se encontrava estocado.

O imenso acervo já tinha recebido uma primeira classificação pelo historiador Ficker que, pesquisando naquelas fontes, pôde elaborar o seu pioneiro trabalho sobre a história de Joinville. Este publicado em forma de livro, no ano de 1965, aborda o período da fundação até o ano de 1901, na passagem do

primeiro meio século de existência da colônia.

É invejável o que a cidade possui em termos de quantidade e qualidade do material reunido por Ficker. Livros de atas, de correspondência, anotações contábeis, listas de passageiros, correspondência de imigrantes, coleções de jornais, de mapas e fotografias, constituem parte daquele acervo.

No entanto, o Arquivo detém outras coleções ou acervos documentais. Muitos, coletados pela pertinácia e obstinação de outro historiador importante, o fundador do Arquivo e seu primeiro diretor, Adolfo Bernardo Schneider.

Além de mapas, coleções de jornais, publicações particulares e empresariais, Schneider foi o responsável pela formação da "biblioteca especializada". Amante dos livros, teve a lucidez de reunir no Arquivo tudo o que se publicava ou se publicou sobre Joinville, imigração alemã, história de Santa Catarina e do Brasil, formando uma preciosa coleção de livros raros, muitos

comprados no exterior, com dinheiro do historiador, e não da municipalidade.

Mesmo sendo notória a irresponsabilidade e ineficiência dos governos nas coisas da cultura e da história, Joinville soube preservar sua memória. E que se diga que em Joinville o poder público, em razão de sucessivas campanhas pela imprensa, soube também preservar nossas raízes. No governo do médico Harald Karmann, em 1972, pela lei 1.182, em 20 de março, foi oficialmente criado o Arquivo Histórico Municipal. Por muito tempo, funcionou em acanhadas instalações no prédio da Biblioteca Pública. Só em 1987, na gestão do prefeito Wittich Freitag, com a ajuda financeira da Alemanha, se construiu o prédio que hoje abriga o Arquivo. Um dos melhores e mais bem equipados do Sul do Brasil, reconheça-se.

Em 1983, na gestão da historiadora Raquel S. Thiago como diretora do Arquivo, foi criado o Boletim do Arquivo, publicação que vem merecendo

continuidade, e que é, hoje, a própria memória da instituição.

Desta forma, em razão de mais de duas décadas de cuidados especiais, o patrimônio histórico-documental de Joinville é uma grata e felicíssima realidade. Há muito, muito por fazer, tanto em termos de tratamento profissional e técnico, quanto na ampliação das funções do próprio Arquivo. As dificuldades continuam grandes, mas não insuperáveis, como demonstra a professora Ilanil Coelho, responsável por uma fase da instituição. O importante a destacar, contudo, é que Joinville tem memória e trata com responsabilidade de um setor normalmente “jogado às traças”. É, sem medo de errar, um modelo para o resto do país.

É preciso, agora, modernizar a instituição e adequá-la ao século XXI. Informatização, cuidados técnico-científicos aos diferentes acervos e facilitação de acesso aos interessados, desde pesquisadores ao homem comum, que às vezes recorrem ao Arquivo, é de fundamental importância.

Trata-se, afinal, de uma das

faces do que nos tempos atuais se chama de exercício de cidadania, o atendimento do público na identificação de suas raízes históricas e culturais. É para isto

que serve o Arquivo e para a preservação de nossa identidade coletiva. □

Maio, 1996

AHJ - UM TESTEMUNHO

RAQUEL S. THIAGO

A inauguração do novo prédio do Arquivo Histórico de Joinville, em 1986, coincidiu com meu ingresso como diretora daquela casa. Lembrome, no entanto, que minha relação com o Arquivo nasceu lá pelos idos de 1982, quando a então FURJ lançou o Projeto FURJ - COMUNIDADE para o qual fui incumbida de coordenar a parte cultural. Com poucos recursos, não foi fácil apresentar um projeto compensador na área cultural. Lembrei do Arquivo Histórico que havia pouco passara a preocupar-me. Frequentava-o diariamente, a fim de concluir pesquisa para dissertação de mestrado e percebia as limitações das antigas instalações e a necessidade de preservar e organizar o acervo. Exposto o problema aos colegas da FURJ, resolvemos propor pequena ação, mas de grande relevância, a microfilmagem do Kolonie Zeitung, o Jornal da Colônia.

A coleção completa, composta

de 80 volumes - 1862 a 1942 - de grande valia para pesquisa sobre o cotidiano da colônia D. Francisca, é original, e corria o risco de sofrer danos com o manuseio. Assim justificado, o subprojeto foi aprovado e iniciamos o trabalho. Foi um ano de intercâmbio entre a FURJ e o Arquivo Histórico, através do qual nós, professores, passamos a conviver mais diretamente com Elly Herkenhoff, Adolpho Bernardo Schneider, Theresa Böbel, Hilda Krisch e outras pessoas que formavam a ala germânica que até àquele momento tinha tido o mérito de preocupar-se com a preservação da memória histórica da cidade. Inicialmente um pouco desconfiados com nossa aproximação, afinal o Arquivo era obra e preocupação daquele grupo, aos poucos fomos nos entendendo. Juntos conseguimos, em convênio com a Biblioteca Nacional, ingressar no Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos, e

microfilmar os 80 volumes do Kolonie na Universidade Federal de Santa Catarina.

Foram quase dois anos de constantes viagens para Florianópolis, para que fossem microfilmadas, na UFSC, as valiosas folhas do Kolonie, que levávamos quase aterrorizados com a possibilidade de algum acidente. Terminado o trabalho, o então reitor da UFSC fez a entrega oficial dos rolos de microfimes, no gabinete do Prefeito Freitag. Garantia-se assim, a preservação dos originais.

Não tínhamos ainda uma noção de quanto aquele trabalho e aquele ato solene iriam contribuir para a preservação da memória de Joinville e Região. O fato é que, com as microfilmagens, o Kolonie, então conhecido por pequeno número de pessoas, passou a ser comentado na imprensa. Aos poucos mais e mais pessoas foram se dando conta de que naquelas duas salas anexas à Biblioteca Pública, com uma modesta portinha ao lado, pela qual entravam e saíam pessoas, não se sabia para quê, estavam guardados infinidades de documentos históricos. E que aqueles documentos estavam muito mal acondicionados e corriam riscos de danos. A divulgação do projeto acabava por despertar a sensação de que era imperioso que se desse

melhor destino ao acervo do AHJ, reunido graças à ação de voluntários, especialmente do Sr. Adolpho Bernardo Schneider. No afã do nosso trabalho, formávamos opinião sem perceber. O resultado foi o empenho do poder público, na época representado pelo Sr. Wittich Freitag, em conveniar-se com a República Federal da Alemanha, da qual Joinville receberia a maior parte da verba para a construção do novo prédio do Arquivo Histórico.

Depois de inaugurada a nova sede deu-se continuidade ao intercâmbio com a Alemanha. Já em 1989, pôde-se dar início a interessante projeto, envolvendo o Arquivo Histórico de Joinville e o Arquivo Estadual de Hamburgo, que resultou na estada da tradutora Thereza Böbel em diversas cidades alemãs pesquisando e reproduzindo, em microfimes, variada e importante documentação. O acervo estava enriquecendo. Por outro lado, o historiador alemão, Klaus Richter, funcionário do Arquivo Estadual de Hamburgo, esteve em Joinville e fez minucioso levantamento seguido de cópias, também em microfimes, de documentos importantes que não existiam naquele Arquivo. Ressalta-se que Hamburgo pode ser considerada Cidade Mãe de Joinville, já que a empresa que empreendeu a

colonização do espaço que hoje é Joinville (Cia. Colonizadora de Hamburgo), estava ali sediada.

Além da troca de documentação recebemos, ainda, naquela época, um microcomputador, destinado a dar início à informatização do Arquivo, uma máquina leitora-copiadora de microfimes, uma máquina de escrever com muitos recursos para a época, além de equipamentos para o laboratório de restauração. Este intercâmbio, interrompido por um tempo, está em vias de reatamento, abrindo-se possibilidades concretas de microfilmagem da documentação a que, em 1989, não tínhamos acesso, ou seja, aquelas que ficavam em cidades da Alemanha Oriental, então separadas por questões ideológicas e políticas.

Hoje, passados dez anos, o Arquivo Histórico de Joinville consolidou-se como um órgão importante no processo educacional e cultural da cidade. Dia a dia aumenta sua função social, na condição de ponto de referência para estudantes, professores, pesquisadores. Também cidadãos de todas as camadas sociais para ali se dirigem em busca de dados para documentação, ou do Diário Oficial da União e sempre acabam usufruindo do papel didático do AHJ, no momento em que sua atenção é voltada para as

exposições ali à mostra.

Hoje, não só o Kolonie está microfilmado, como todos os jornais antigos. Entretanto, ao falar-se especialmente do Kolonie, deixa-se a impressão de que o acervo resume-se a coleções de periódicos. Não. O acervo do AHJ é muito rico. Ali encontram-se documentos de toda ordem, cartas, diários, livros contábeis, documentação pública, fotografias, cartões postais, discos e partituras musicais, mapas, listas de imigrantes, enfim uma infinidade respeitável de fontes, verdadeiros testemunhos da construção da história e da identidade de Joinville e Região. Há, ainda, a biblioteca de apoio, com obras raras, principalmente em português e alemão. Através de Convênio firmado com a Universidade de Joinville (UNIVILLE), em 1995, viabilizou-se o pleno funcionamento do Laboratório de História Oral. Alcança-se, assim, o objetivo de tornar o Arquivo Histórico um órgão capaz, também de criar fontes através de depoimentos considerados importantes para a elucidação de muitos pontos ainda não devidamente esclarecidos da história joinvilense.

O Arquivo Histórico moderniza-se, seja através da sua informatização e conexão na INTERNET, ou da forma de organização do acervo, seja, ainda, na valorização de novas

fontes no sentido de abrir-se campo para novas abordagens da História, principalmente no âmbito social e cultural. Prepara-se, pouco a pouco, um acervo mais democrático, vale dizer, composto de testemunhos não apenas oficiais, mas também do homem comum, daquele que também constrói a história.

Universidade e Arquivo Histórico caminharam lado a lado nestes dez últimos anos, e o efeito desta relação interativa é bastante sensível. A pesquisa local apresenta crescimento invejável, não apenas no âmbito quantitativo, mas principalmente naquilo que diz respeito à qualidade. Apesar de tudo, o corpo reduzido de funcionários deixa frustrados aqueles que envolvem-se com as incontáveis possibilidades do acervo. Em 1986, quando da inauguração do prédio escrevi, para um encarte comemorativo, no jornal “A Notícia”, um artigo intitulado “Um Sonho Realizado”. Referia-me às novas instalações, necessidade mais imediata. Um ano depois, em julho de 1987, quando completou-se o primeiro ano de funcionamento, publiquei outro artigo, “O Sonho Não Acabou”, que refletia minha angústia

e a de colegas pela carência de profissionais qualificados que possibilitassem ao Arquivo o cumprimento da sua missão. . . “um prédio não produz conhecimento, apenas viabiliza o que tem que ser feito por pessoas. Pessoas preparadas e dignamente remuneradas” dizia, no final daquele desabafo. Após dez anos, vale à pena festejar: procura-se fornecer, pelo menos em parte, resposta ao problema, com a criação de cargos de Historiador, Arquivologista, Encadernador, Tradutor e Restaurador de Documentos, o que significa a garantia de funcionários qualificados para desenvolverem projetos que correspondam às necessidades de Joinville e Região. Hoje, ao escrever este terceiro artigo especial em relação ao Arquivo Histórico desde sua inauguração, sinto que sua história confunde-se com minha própria trajetória profissional. Posso dizer que a base das pesquisas para meus dois livros foi fornecida pelo acervo desta casa que aprendi a respeitar enquanto repositório daquilo que temos de mais valioso: memória, identidade. . . história! □

O POTENCIAL ARQUIVÍSTICO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

MARIA THEREZA BÖBEL

É sempre um prazer para uma “traça de biblioteca” como eu falar do Arquivo Histórico de Joinville, onde comecei a trabalhar há 13 anos. Os leitores saberão perdoar o tom às vezes coloquial que uso no presente artigo, pois fica difícil manter distância quando se fala do que se gosta. O Arquivo tem reconhecidamente um dos mais ricos e variados acervos em relação às instituições congêneres no sul do país, principalmente no que tange à imigração alemã e história regional. A posse das listas dos imigrantes aportados em São Francisco do Sul (é um dos únicos arquivos que dispõe de tal material) e a crescente procura por dados ali contidos, tanto para fins de genealogia quanto para dar entrada no processo para obtenção da cidadania alemã, fez surgir muito cedo a necessidade de

se traduzir estas listas. Nosso objetivo era torná-las acessíveis a qualquer pessoa. Hoje, com a informatização e as listas traduzidas, este objetivo foi alcançado. A língua alemã e a letra gótica manuscrita já não são mais barreiras. Graças a este trabalho, o Arquivo Histórico de Joinville é fonte de referência na área, atendendo consultas de todo o país. Ter realizado e aperfeiçoado-o, ao longo dos anos, é motivo de orgulho para mim e sinto-me gratificada quando vejo as pessoas que auxiliiei, indiretamente, nas longas horas que passei decifrando garatujas quase ilegíveis, manuscritas a pena no século passado e esmaecidas pelo tempo. Foi somente com a ajuda de uma lupa, muito esforço para aprender a ler sozinha uma letra morta há muito e, principalmente, paciência que

1 Cf. Boletim do Arquivo Histórico de Joinville, nov/90, nº 7, p. 7. e abr-dez/88, vol. 5 e 6, p. 6.

consegui realizar o trabalho. Atlas e enciclopédias do século passado ajudaram a desvendar muitas dúvidas quanto às regiões de origem dentro do intrincado mapa da Alemanha de então, verdadeira colcha de retalhos de ducados, reinos e principados. De grande valor foram ainda os Livros de Óbitos e os microfilmes com registros de batismo e matrimônio da igreja da Paz.¹

Setor importante, mas infelizmente pouco explorado ainda, ao contrário das listas de imigrantes, é o de Obras Raras.² O Arquivo tem cerca de 700 títulos, obras dos séculos XVIII e XIX. Ali estão representadas, se não todas, mas certamente a maioria das ciências que compreendiam o conhecimento humano à época da imigração. Desde manuais de curture, fabricação de sabão, contabilidade ou cursos de estenografia a livros de medicina, homeopatia veterinária, leitura das mãos, interpretação de sonhos, peças de teatro, culinária, partituras musicais, bíblias e livros de oração para horas de angústia as mais diversas. Quero citar aqui apenas algumas, mesmo correndo o risco de

omitir outras tão ou mais importantes. Entre livros técnicos: “Der erfahrene Weinkellermeister (Manual de vinicultura), de F. Jüllien, vinicultor em Paris, editado em Quedlinburg e Leipzig por Gottfr. Basse, 1836. “Technologisches Wörterbuch oder alphabetische Erklärung aller nützlichen machanischen Künste, Manufakturen, Fabriken und Handwerker” (Dicionário tecnológico ou explicação em ordem alfabética de todas as artes mecânicas, manufaturas, fábricas e artesãos) em 4 volumes, de Otto Ludwig Hartwig, editado em Berlim e Stettin por Friedrich Nicolai, em 1781. O prefácio do primeiro volume foi escrito por Johann Beckmann, Professor de Economia na Universidade de Göttingen e membro da Real Sociedade Científica. Beckmann usou pela primeira vez o termo “tecnologia” no sentido atual. Suas obras foram traduzidas para várias línguas, inclusive o japonês. De Eduard Thiel, “Die Hamburger Navigations-Schule” (A Escola Hamburguesa de Navegação), Hamburg, St. Pauli, C.D.S. Gerrits, 1857, de especial

2 Cf. Boletim do Arquivo Histórico de Joinville, mar/88, vol. 5, nº 2, p. 15.

interesse para a história de Joinville, considerando-se o grande número de navios, veleiros ou a vapor que deixaram o porto de Hamburgo trazendo imigrantes e mercadorias para a Colônia Dona Francisca. Dentre as descrições de viagens podemos ressaltar “Brazil and the brazilians” (Brasil e os brasileiros), de autoria de Rev. James C. Fletcher e Rev. D.P. Kiddler, D.D. Little, Brown & Company, Boston, 1866. Na parte referente à Colônia D. Francisca, os autores mencionam a “graciosa e jovem esposa do Diretor da Colônia, Anna Aubé”, esposa de Leonce Aubé. De Thomas Forester, em tradução alemã de M.B. Lindau, há “Norwegen und sein Volk” (A Noruega e seu povo), editado por Rudolf Kuntze, Dresden, 1852. A Noruega era um país quase que totalmente inexplorado e desconhecido ainda dos europeus. O autor descreve regiões completamente virgens, nunca antes pisadas pelo homem. Do Dr. Hermann Blumenau “Südbrasilien in seinen Beziehungen zur Deutschen Auswanderung und Kolonisation” (O sul do Brasil em suas relações com a emigração e a colonização), Rudolstadt, 1850, sem editora. Da revista “Meyer’s Universum oder

Abbildung und Beschreibung des Schenwerthesten und Merkwürdigkeiten der Natur und Kunst auf der ganzen Erde”(O universo de Meyer, ou gravuras e descrições de maravilhas e curiosidades da Natureza e das artes em todo o mundo), editada pelo Bibliographisches Institut, Hildburghausen e New York, há uma série de edições, a mais antiga de 1833. A “Welt-Gemälde-Gallerie”, editada em Stuttgart pela E. Schweizerbart’s Verlagshandlung, descreve história, povo, usos, costumes e religião dos mais diversos países. Os autores são diversos, a tradução alemã é sempre de Dr. C.A. Mebold. Os anos vão de 1834 a 1836. O exemplar mais notável seja talvez o que aborda, na África, o Egito: seu autor é Jean Jacques Champollion - Figeac (1178-1867), famoso egiptólogo, irmão do não menos famoso Jean François Champollion - Figeac, fundador desta ciência e decifrador dos hieróglifos, em 1822. Dentre os clássicos alemães, podemos citar “Schillers sämtliche Werke in zwölf Bänden” (Obras completas de Schiller em 12 volumes), Stuttgart e Tübingen, J.G. Cotta’schen Buchhandlung, 1838, ou da mesma

editora “Goethes sämmtliche Werke in vierzig Bänden” (Obras completas de Goethe em 40 volumes), 1869. De Johanna Schopenhauer (1766-1838), mãe do filósofo Arthur Schopenhauer, há um volume (21), das “Obras Completas”, editado em Leipzig e Frankfurt em 1831. O “Kosmos” de Alexander von Humboldt (1769-1859) em 4 volumes (1845-1850), editado pela J. G. Cotta’scher Verlag, Stuttgart e Tübingen. Ainda na descrição da Natureza temos a “Systematische Uebersicht der Thiere Brasiliens” (Visão geral sistemática dos animais do Brasil), de Dr. Hermann Burmeister, editada em Berlin por Georg Reimer, em 1854. Não poderíamos esquecer o clássico “Thierleben”, (Vida Animal) de Dr. A.E. Brehm, em 10 volumes, Leipzig 1876 a 1879, a primeira e mais completa descrição da vida animal. Os alemães se referem a Brehm como “Vater Brehm” (Pai Brehm) em relação aos animais. Há biografias e autobiografias, como a de “Madame la Duchesse D’Orléans” (Helene de Mecklenbourg-Schwerin, 1814-1858), esposa de Ferdinand Philipp de Orléans, filho de Luis Felipe. Madame D’Orléans tentou em vão

assegurar para sua família, o trono francês em 1848. Sua autobiografia foi editada em Paris, em 1859, por Michel Levy-Frères, Libraires Éditeurs. Ainda com relação à Revolução de 1848, há “Revue rétrospective ou Archives secrètes du dernier gouvernement”, sem autor, editado em Paris, em março de 1848.

Entre as Bíblias e livros de orações, podemos constatar o quanto foram manuseadas, quantas vezes nossos antepassados procuraram consolo naquelas folhas amareladas e gastas, em tantas e tantas horas de aflição. Dias de alegria e tristeza eram anotados nas contracapas. Estas Bíblias, por serem muitas vezes o único livro que os imigrantes possuíam, serviram também de cartilha para alfabetização e muita criança deve ter aprendido na Sagrada Escritura o bê-a-bá. Há hinários de 1790, 1799, 1828.

Os livros de culinária são interessantes pelas quantidades de ovos ou manteiga; ensinavam a cozinha trivial e a requintada. Há um livro de culinária teuto-brasileira, que indica o ingrediente brasileiro similar ao alemão.

Entre as curiosidades, poderíamos citar “Der Trompeter

von Säckingen” (O Trompeteiro de Säckinger) de J. V. von Scheffel (1826-1886), editado em Berlim, sem data, inteiramente estenografado. Ou “Islandfischer” (Pescadores da Islândia) de Pierre Loti, editado em Bonn em 1888, traduzido para o alemão por Carmen Sylva, pseudônimo da Rainha Elisabeth da Romênia (1843-1916), conhecida pela delicadeza de seus contos e poemas.

Entre os manuscritos, destacam-se os diários de Hugo Delitsch; são quatro volumes encadernados (cada um tem cerca de 200 folhas), lombada em couro gravada a ouro, de 1844 a 1859. Delitsch nasceu em 1826 em Neukirchen, Saxônia, formou-se farmacêutico na Universidade de Leipzig. Os diários são caprichosamente decorados com fitas, folhas ou flores secas, aquarelas, desenhos. A letra é miúda e há pouco espaço entre as linhas. Tem-se impressão de um homem sensível, romântico e culto. Poesias, manuscritas em letra de imprensa, dão idéia de seus sonhos, desilusões e tristezas.

No último álbum, iniciado em 1850, já em 1857 descreve os primeiros planos para a emigração,

indefinido, ainda, entre os EEUU ou o Brasil. “Pensava sempre, como, sozinho, sempre dependente de outros, sem ter um coração que sinta por mim, que divida comigo o meu destino, dores, e alegrias, vivendo totalmente só em terra estranha”. Grande era sua preocupação em emigrar solteiro. Emma Anton, com quem viria a casar-se em 1858, concordara em emigrar com ele. Os dois já se conheciam há tempo. No álbum de poesias de Emma, Hugo reclama, em 1852, que sempre que vem visitá-la, não tem a sorte de encontrá-la.” Emma responde, algumas semanas mais tarde (a folhinha no álbum de poesias de Hugo traz a data de 21.9.1852), que “a culpa é do acaso, mas basta que ele escreva, avisando-a de sua visita, ela o estará aguardando.” Os dois álbuns, na verdade caixinhas retangulares, estão repletos de folhas de papel fino, bordas muitas vezes douradas, com lembranças de amigos e parentes. Algumas são datadas já de 1838-40, decoradas com cromos, aquarelas, ou cachos de cabelo. Hugo e Emma embarcaram no “Isaac Newton”, saindo de Hamburgo a 23.10.1858 e chegando no porto de São Francisco a 04.01.1859. Toda a viagem foi

minuciosamente descrita por Hugo. A vista de terra, em São Francisco, é comemorada com “Land! Land! Land!” e “Hurra!” o que dá bem idéia do desconforto, durante mais de dois meses, na entrecoberta de um veleiro, em que viajavam nossos imigrantes: comida ruim, água estagnada, dormitórios coletivos, pouca ventilação e do alívio que sentiram ao avistar terra. Pena que Hugo nada mais tenha registrado em seu diário. O 4º volume termina com a chegada em São Francisco. É preciso dizer ainda que poucos imigrantes, pelo que temos conhecimento, se prepararam tão bem para a nova pátria. Hugo Delitsch trouxe, em sua biblioteca, um atlas (o porto de São Francisco está marcado a pena), dicionário alemão-português, uma história do Brasil, etc. Sua biografia poderia ser facilmente levantada, pela riqueza de dados de que dispõe o Arquivo Histórico sobre ele. Estabeleceu sua

farmácia na Rua do Príncipe, atual prédio das Lojas Salfer.

Poderíamos falar ainda da grande quantidade de documentos que trouxe em 1989 da Alemanha, quando participei do Projeto Intercâmbio de Informações entre Arquivo Histórico de Joinville-Arquivo Estadual de Hamburgo. Por este projeto, durante 3 meses pesquisamos em 6 grandes arquivos da antiga Alemanha Ocidental (Hamburgo, Bremen, Bonn, Stuttgart, Berlin), coletando material de interesse do AHJ, de modo a enriquecer ainda mais o já rico acervo. O material contido nestes microfilmes, salvo melhor juízo, é inédito no Brasil.³

Pelo acima exposto, depreende-se que são inúmeras as áreas ainda por pesquisar no Arquivo Histórico. O que citamos são apenas alguns exemplos de um material farto e com possibilidades quase inesgotáveis. □

3 Cf. Boletim do Arquivo Histórico de Joinville, nov/90, nº 7, p. 3.

UMA EXPERIÊNCIA EM CURSO...

ILANIL COELHO

Seria redundância falarmos da importância do Arquivo Histórico de Joinville numa publicação comemorativa, destinada a destacar as experiências de pesquisadores e de administradores nesta instituição, no curso de suas vidas profissionais. Entretanto, é preciso ressaltar que o AHJ é o testemunho vivo de um trabalho árduo, acumulado durante anos a fio, não somente pela dedicação de direções anteriores a esta gestão, mas também de funcionários que, com pouquíssimos recursos, transformaram o seu acervo em um patrimônio arquivístico conservado e de inestimável valor histórico-cultural.

Levando em conta o peso dessas contribuições, arrisco-me a levantar algumas questões que

permeiam o atual cotidiano desta instituição.

O convite feito pela presidência da Fundação Cultural de Joinville para que eu assumisse a direção do AHJ foi, para mim, encarado como um desafio fascinante, já que, pela primeira vez, a mim era colocada a tarefa de construir um projeto institucional voltado à organização e à acessibilidade a fontes documentais. Até então, o conhecimento que eu tinha do nosso acervo era apenas parcial, resultado de seis meses de pesquisa em documentos diversos, relativos à Nacionalização. Pesa-me, naquele momento, a responsabilidade de vivenciar, na prática, as imbricadas questões teóricas - que povoavam as acaloradas discussões na univer-

sidade - relacionadas à memória e identidade, às políticas governamentais para com o patrimônio histórico, à modernização do acesso público aos bens culturais e, as que considero mais importantes, às dimensões da cidadania no tocante aos registros históricos da vida social, em toda a sua diversidade. O projeto de trabalho a ser elaborado e executado, portanto, deveria levar em conta, por coerência, os frutos dessas discussões.

Mas como a prática sempre nos coloca os limites da teoria, defrontei-me, através de um rápido balanço, com os dilemas do AHJ, dentre eles, a falta de um quadro efetivo de pessoal técnico, de atualização técnico-científica, bem como a escassez de recursos disponíveis para as ambiciosas metas de modernização do acervo.

Foi contando com o auxílio de alguns ex-diretores, em especial, a prof^a Raquel S. Thiago, funcionários e de pessoas como as prof^{as} Heloísa Bellotto e Sueli Petry que pudemos, enfim,

definir metas a serem alcançadas a curto e médio prazos. As ações relativas a essas metas se não primam pela originalidade, destacam-se pela viabilidade de efetivação.

Entendendo que o patrimônio arquivístico municipal é fundamental para o fortalecimento da identidade social e ainda, levando em conta o “cosmopolitismo” de Joinville, advindo das mudanças do cenário econômico que propiciou a fixação e a convivência de vários grupos e sujeitos sociais, buscou-se estabelecer para o AHJ, ações que refletissem essas mudanças, no sentido de democratizar o seu acervo e os registros da memória social.

Dentro disso, foi criado um Conselho Técnico-Científico, com representantes de diversas áreas do conhecimento, que vem estudando as possibilidades concretas do estabelecimento de uma política de acervo. Além disso, este conselho tem se constituído como um importante espaço de discussão, tanto no que se refere à composição do acervo,

quanto às ações administrativas.

Considerando a cidade de Joinville como expressão de ações do passado e do presente e desta forma, concebendo patrimônio histórico e cultural como conceito processual e dinâmico, temos dirigido esforços para diminuir o distanciamento entre o AHJ e o cidadão para o qual suas atividades estão voltadas, e ainda, apoiar todas as ações que levem à integração entre as instituições públicas, culturais e educacionais. Isto inclui o esforço no sentido de ampliar os fundos públicos - como é o caso da transferência da documentação da Câmara dos Vereadores (1947/93) para o Fundo do Poder Legislativo - e o enriquecimento dos Fundos e Coleções Privadas e Pessoais. Foi estabelecido um Quadro de Arranjo proporcionando uma visão ampla do acervo e facilitando as consultas pelo público. Foram estreitados os laços com a universidade, através da celebração de convênios (FCJ-UNIVILLE), como o de reativação do Laboratório de História Oral e do

programa de estágios. Espera-se, com isso, ampliar os registros do cotidiano vivido e vivenciado por quem faz a história e, ao mesmo tempo, criar mecanismos para que novos profissionais se conscientizem do potencial arquivístico do AHJ e criem, em suas experiências pedagógicas futuras, novas possibilidades de envolvimento social (pela educação formal ou não) com a construção deste patrimônio.

Ainda dentro desta linha, o AHJ tem se engajado continuamente em iniciativas culturais diversificadas, através de exposições, pesquisas, palestras, seminários etc.

É necessário que se diga que tais ações estão integradas à Política Cultural estabelecida pela FCJ, expressa no documento "Cultura para Qualidade de Vida", que tem propiciado, ainda, momentos extremamente ricos como a avaliação e redefinição dos objetivos do AHJ. Nesta perspectiva, conseguiu-se encaminhar às instâncias superiores o Regimento Interno do Arquivo, na expectativa de que a instituição

o implemente, garantindo suas especificidades e dinâmica próprias.

Por último, gostaríamos de destacar que, enquanto instituição científica, o potencial do Arquivo é enorme. Porém esbarramos, como no passado, com o problema da profissionalização do seu quadro. Não bastam cursos esporádicos de reciclagem. É preciso mais do que isso para obtermos fundos organizados, catalogados, enfim, disponíveis

ao conhecimento não somente dos pesquisadores mas dos cidadãos de uma maneira geral. O recente estabelecimento de um quadro técnico-científico não somente para a nossa instituição mas para a condução da cultura em Joinville, é uma conquista que vem sendo bastante festejada e será, com certeza, a partir dela que o AHJ conseguirá expandir o seu potencial científico e formular respostas adequadas para as novas demandas históricas. □

A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL

HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO
(Universidade de São Paulo)

Uma cidade, entendida como uma comunidade integrada e produtiva que, em determinado espaço físico, reflete uma interação entre cidadãos, produção, economia, serviços, lazer e cultura, tem no seu arquivo histórico municipal, desde que devidamente conectado com os arquivos setoriais de toda a administração municipal e com os outros diversos setores da sociedade, seu eixo centralizador de informação fidedigna, de memória e de história.

A identidade do município - tudo o que caracteriza-o individualmente e o difere de qualquer outro - está ali indelevelmente fixado, desde os registros do cotidiano administrativo mais mezinho até as grandes decisões, assim como as notícias dos jornais, os dados históricos extraídos das coleções documentais privadas das pessoas ou famílias, das empresas, das instituições sociais, etc.

A importância de um arquivo histórico reside justamente neste grande fluxo renovado do recolher, organizar e tornar disponível para

consulta todos aqueles registros que, reunidos, constituem um grande mosaico, ao mesmo tempo único e multi-facetado, ao mesmo tempo, homogêneo e diferenciado. Ora, o arquivo é o espelho informacional que deve refletir toda a diversidade deste mosaico.

Joinville é uma cidade - um município - que, como tantos no Brasil, surgiu e cresceu graças aos esforços de seus brasileiros natos, dos brasileiros vindos de outras partes do país e dos estrangeiros que a eles se juntaram no mesmo labor em busca de desenvolvimento, de prosperidade e de justiça social.

O que Joinville foi e é, suas características étnicas e sua evolução econômica, política, social e cultural estão, passo a passo refletidas no Arquivo Histórico. Ele é, basicamente, um órgão público, cuja finalidade precípua é recolher, organizar e tornar disponíveis os documentos que registram os atos, fatos, acontecimentos e comportamentos da municipalidade, tanto na área do Poder Executivo como no

Poder Legislativo. Entretanto, o arquivo vai muito além disso. Lá também se encontram custodiados documentos do Poder Judiciário, já em fase histórica, assim como inúmeros arquivos pessoais de líderes comunitários de várias áreas ou de pessoas, de famílias, sobretudo imigrantes cujos registros muito têm a contar. Também lá se acham as fontes de estudo da mais variada tipologia documental de origem privada, agregadas em coleções diversas. Todo este material possibilita, a qualquer cidadão ter acesso aos registros identificados da história da cidade e de seus habitantes.

O Arquivo Histórico de Joinville apresenta-se hoje em plena fase de crescimento, já em modernos moldes da arquivística, procurando equipar-se cada vez mais para se habilitar devidamente e recolher, processar e disseminar informações existentes nos documentos, tanto os de seus fundos arquivísticos do Executivo e Legislativo da Municipalidade, assim como os fundos cartorários, além das já citadas coleções, cujo conjunto consiste uma grande, única e insubstituível memória da cidade.

A constante reciclagem técnica de sua equipe e o freqüente enriquecimento do acervo com novos recolhimentos e aquisições, têm sido as marcas da gestão da

Professora Ilanil Coelho, como pude averiguar em recente e minuciosa visita ao Arquivo Histórico de Joinville.

Assim, com pessoal capacitado e com acervo cada vez mais completo poderão ser respondidas eficazmente as mais variadas indagações que se faça ao passado da cidade, venham elas de pesquisadores, de jornalistas, de sociólogos, de estudantes ou mesmo do cidadão comum.

Os administradores encontrarão subsídios para novas ações e atividades. Os historiadores encontrarão as suas fontes de pesquisa. Os cidadãos encontrarão os registros de seus direitos. Neste sentido, o arquivo coloca ao alcance dos municípies a própria identidade do município em sua concepção mais ampla, somando-se administração, espaço e habitantes. Na verdade, o arquivo beneficia a sociedade que o mantém e o alimenta perenemente de registros cumulativos, com o testemunho fiel do seu ser e do seu fazer através dos tempos.



São Paulo, 29 de maio de 1996.

A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVO HISTÓRICO PARA A PESQUISA E NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

JOÃO KLUG

(Universidade Federal de Santa Catarina)

No momento em que o Arquivo Histórico de Joinville comemora os seus dez anos de sede própria, penso ser oportuno uma breve reflexão sobre o significado e o valor de um arquivo histórico. O arquivo é depositário de uma pequena parcela do universo infinito de fontes históricas de uma determinada sociedade e período. Normalmente aí estão aquelas fontes consideradas “oficiais”, juntamente com muitas outras não oficiais, mas tão ou mais importantes. A própria constituição do acervo de um arquivo nos remete para a complexa questão que é a seleção dos documentos, isto é; por quê alguns são preservados enquanto tantos outros não? Não pretendo entrar nesta complexa discussão. Apenas apontar para ela, ao abordar o assunto arquivo/fonte para o historiador. Afinal, o que é fonte para a pesquisa histórica? A rigor, penso

que todos os traços e vestígios, materiais ou não, deixados pelo homem voluntária ou involuntariamente, constituem-se fontes para o pesquisador da História. Sua pesquisa deve envolver-se com aquilo que é especialmente humano. Assim sendo, o universo de fontes torna-se extremamente amplo. Lucien Febvre, um dos expoentes da Escola dos Annales e que se ocupou bastante com a ampliação do conceito de documento, afirmava que:

“A história faz-se com documentos escritos, certamente, quando eles existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, no caso da inexistência destes. Isto é, com tudo quanto o engenho do historiador puder permitir-se utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais”. (Febvre apud Glénisson, 1979, p. 138.) (Grifo meu)

Dentro deste vasto universo de fontes se insere o pesquisador com suas perguntas. Sua pesquisa visa dar respostas (sempre provisória) a estas perguntas. No intento de buscar respostas mesmo que revestidas do caráter de provisoriedade, o historiador, partindo de um problema, deve dirigir suas perguntas aos documentos. Estes são testemunhas de diferentes momentos e propostas do passado.

A historiografia revela que se viveu uma época, especialmente na segunda metade do século passado e início deste, na qual se atribuiu demasiada autoridade ao documento. Ele se impunha ao historiador e este, numa atitude de subserviência, não ousava questioná-lo. O documento estava acima do historiador. Verificava-se uma espécie de fetichismo do documento. Dessa atitude, surgiu a expressão repetida *ad nauseam* e que ecoa ainda hoje entre muitos historiadores, de que “os documentos falam por si”. Ora, os documentos só “falam” quando interrogados pela ação intelectual do historiador (que se reveste de subjetividade). Com as novas formulações teóricas e metodológicas, propostas especial-

mente a partir da Escola dos Annales, procurou-se uma libertação deste “senhorio do documento”, que se apresentava como um “ranço positivista” que devia ser arduamente combatido pelo historiador. Esta atitude louvável criou, no entanto, outro perigo: o desprezo em relação às fontes convencionais. Diante desta atitude, os arquivos históricos já não tinham tanto valor, uma vez que os documentos aí guardados não se revestiam de tanta importância assim e quem deles fizesse uso podia correr o risco de ser rotulado de “positivista”. Saiu-se do atoleiro de uma margem, mas ao invés de se tráfegar no centro da estrada, essa atitude levou muitas vezes ao atoleiro na margem oposta. Dessa forma, jogava-se fora a água suja do banho juntamente com a criança. Entendo que aí está um desafio para o historiador: evitar os “atoleiros” das margens, mantendo o equilíbrio entre o empírico e o teórico. Voltando a analogia de Lucien Febvre, podemos afirmar que desprezou-se as “flores habituais”, mesmo que elas aí estivessem. Produziu-se, dessa forma, um “mel” pouco palatável, descaracterizado e questionável. O documento escrito continua a ser fonte primordial,

“matéria prima” imprescindível para o trabalho do historiador. É neste contexto que reside a importância dos arquivos históricos, repletos de “matéria prima” normalmente pouco explorada ou até desconhecida.

No momento em que o Arquivo Histórico de Joinville comemora dez anos de sede própria, vinte e quatro anos de serviços prestados, é oportuno refletir sobre a função e valor dos arquivos históricos. Entendo que um bom arquivo histórico faz parte de qualquer iniciativa que vise auxiliar na construção da identidade de uma sociedade. O oposto, isto é, a ausência de arquivos históricos colabora para a manutenção da falta de uma identidade, de uma fisionomia própria. Considerando-se este aspecto pode-se dizer que a sociedade joinvilense é uma sociedade privilegiada, por possuir um bom arquivo histórico. Cidades como Joinville, Blumenau e outras que possuem bons arquivos têm a possibilidade de evidenciar uma identidade mais clara e nítida. A simples existência do arquivo, estimula as pessoas a procurarem por suas origens. Tenho percebido muitas pessoas freqüentando arquivos em busca de informações

genealógicas sobre sua família. Comumente esta busca gera curiosidade, ultrapassando o motivo inicial que levou aquela pessoa ao arquivo. Busca-se, então, um conhecimento mais completo sobre suas origens, atividades de seus ancestrais, região de procedência, etc. Desta forma, importantes contribuições têm vindo à tona. A existência do arquivo possibilita ainda aos professores de História, Estudos Sociais e outras disciplinas, despertar nos seus alunos, desde as séries iniciais, um interesse especial por melhor conhecer sua cidade. Ali acontece o diálogo sobre as origens, fatos marcantes, pitorescos. Essas visitas ao arquivo, quando bem conduzidas, têm o grande mérito de gerar curiosidade, perguntas. Sabemos que, de maneira geral, a disciplina de História não é bem vista pelos alunos. Podemos afirmar também que uma das grandes lacunas que empobrece o ensino da História, é justamente a ausência de curiosidade por parte dos alunos. Ausência de curiosidade impede que se formule perguntas. A falta de perguntas gera apatia. O ensino da História num ambiente povoado por cabeças apáticas, torna-se algo distante, destituído de qualquer

interesse e depõe contra a construção da identidade e da cidadania. Entendo que a utilização do arquivo histórico, através de visitas programadas e bem conduzidas, significa um grande passo para se superar o ensino da História descolado da vida e propor um ensino que leve em conta a história/problema, engajada. Por-tanto, despertar curiosidade é tarefa imprescindível no ensino da História e aí o arquivo pode dar sua valiosa contribuição.

A algum tempo venho pesquisando a temática relativa à **imigração alemã, germanidade, escolas alemãs e Igreja Luterana em Santa Catarina**. No desenvolvimento desta pesquisa, o Arquivo Histórico de Joinville, ao lado do arquivo José Ferreira da Silva, de Blumenau, tem sido “parada obrigatória”. Tendo em vista que a origem da cidade de Joinville, a região circunvizinha incluindo o alto da serra (Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho) teve marcante influência da imigração alemã, o Arquivo Histórico de Joinville, torna-se referência. Seu acervo permite ao pesquisador, uma compreensão mais precisa sobre o processo de colonização, a ocupação

dos lotes coloniais, estradas, produção agrícola, saúde, escola, etc. Tenho centrado meus estudos mais especificamente nas escolas alemãs em Santa Catarina e a Igreja Luterana, no período de 1870-1937. Em relação a esta temática, é significativo o volume de fontes no Arquivo Histórico de Joinville. Cabe sublinhar também iniciativa deste arquivo em estabelecer convênio/parceria, com o arquivo da cidade de Hamburgo, na Alemanha. Essa parceria permitiu um significativo acréscimo de fontes aos seu acervo, através de microfilmes de documentos relativos à região norte de Santa Catarina, e que se encontram em arquivos alemães. Particularmente tenho sido beneficiado por esta parceria, que me permite consultar documentos inéditos sobre as escolas alemãs que existiam nessa região. Trata-se de correspondência entre pastores/professores que atuavam nas diversas linhas coloniais e autoridades alemãs, eclesiásticas ou do Estado; relatórios circunstanciados, dando conta dos progressos, dificuldades, perspectivas das escolas teutas e das comunidades eclesiásticas; dificuldades de ordem pessoal vivenciadas pelos pastores/professores que aí

atuaram no referido período; a situação política e econômica de região, vista a partir da ótica dos teuto-catarinenses, etc. Da mesma forma, estes rolos de microfimes contêm grande riqueza de informações de natureza política, relativas ao delicado período vivido pelos teuto, entre 1930-45. Ainda extremamente úteis para minha pesquisa, têm sido os relatórios anuais da Sociedade Colonizadora de 1849 de Hamburgo, cuja coleção completa também se encontra no Arquivo Histórico de Joinville. Qualquer pesquisa que busque melhor compreender a germanidade em Santa Catarina, não pode passar ao largo da consulta aos jornais alemães editados em Joinville, com destaque ao *Kolonie Zeitung* e *Joinvillenser Zeitung*, cuja coleção aí também se encontra. Entre a riqueza de seu acervo, o Arquivo Histórico de Joinville guarda verdadeiras pérolas. Trata-se de muitos escritos por imigrantes. Nestes diários pode-se perceber o cotidiano do imigrante, suas expectativas e frustrações, seus medos, sofrimentos, solidão, saudades, alegrias, etc. A rigor, trata-se de aspectos totalmente abstratos, pois saudade, solidão, alegria, não

podem ser mensurados assim como se faz com a produção agrícola do colono e por isso são temas pouco freqüentes na agenda do pesquisador. No entanto, este colono que produz, também sente saudade, alegria, etc. Qual a fonte privilegiada para estudar estes aspectos abstratos mas tão humanos? Os velhos diários, pois tudo o que é especificamente humano, deve interessar ao historiador. A existência desses manuscritos no Arquivo Histórico de Joinville aponta também para um problema: a necessidade relativamente urgente, de pessoas que tenham domínio não apenas da língua alemã, mas da escrita gótica e que possam se ocupar especificamente com a tarefa de “copista”. A transliteração dos documentos manuscritos em alemão é uma necessidade. Essa tarefa possibilitará que muitos pesquisadores tenham acesso a essas fontes por ora praticamente desconhecidas, dado à sua grafia, que poucos dominam. Entendo que informações preciosas aguardam por algum pesquisador e contribuirão significativamente para a ampliação do conhecimento da nossa história, uma vez devidamente “processadas”. Não se trata de tradução, mas sim de transliteração,

mantendo o conteúdo do documento assim como ele se encontra. Nesse sentido, aproveito este espaço para sugerir que se pense num projeto inter-institucional, visando colocar este acervo à disposição dos pesquisadores.

Para encerrar essas breves considerações, quero afirmar ainda que concordo com a idéia de que o conceito de “fonte histórica” deva ser ampliado. Novas fontes que não as convencionais podem e devem ser incorporadas ao universo de “matéria prima” do historiador. No

entanto, o pesquisador da história catarinense especialmente, deve levar em conta que as fontes convencionais não estão esgotadas. Aliás, uma boa parte delas ainda está intacta. No Arquivo Histórico de Joinville muitas destas fontes “descansam”, aguardando serem despertadas pela curiosidade e perguntas a elas formuladas pelo historiador. As “flores habituais” ainda não murcharam. É tempo de produzir mel. □

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA NOVA E O ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

PROF^ª DRA. SANDRA P. L. DE CAMARGO GUEDES
(Universidade da Região de Joinville)

Ao preconizar “novos problemas”, “novos objetos” e “novas abordagens”, a História Nova ampliou o campo de estudos do historiador na medida em que passou a reavaliar problemas teóricos como seus conceitos, métodos e até mesmo seus fatos, em que percebeu que outros tipos de abordagens poderiam ser dadas a métodos antigos, como a demografia, a arqueologia ou a história econômica e que vários outros aspectos, antes não evidenciados, pelo historiador também poderia ser objeto de estudo, como o corpo, a mentalidade, a família, a morte, a doença, dentre tantos outros.

Essa nova dimensão da ciência histórica transformou, igualmente, a visão que se tinha sobre os documentos históricos. Se

num passado recente, o historiador considerava somente a documentação escrita como fonte para suas pesquisas, hoje, ao contrário, um leque imenso de possibilidades são oferecidas a esse profissional: todos os vestígios humanos são considerados documentos históricos, assim como também a própria natureza enquanto meio-ambiente. Dessa forma, a cultura material passou a integrar o campo de estudos do historiador, assim como a iconografia, a fotografia e os filmes, sem falar das informações contidas em documentos escritos e anteriormente negados pelos historiadores, como cartas, memórias, testamentos, listagens de bibliotecas, de hospitais, de escolas e de outras instituições, dentre outros. O cotidiano passava a fazer parte da História.

A essa mudança significativa de atitude do historiador frente a seu objeto de estudo, houve uma adequação ou, como preferem alguns, um avanço científico igualmente ampliador e convergente aos interesses do historiador, por parte das ciências, originalmente, auxiliares da História, das quais pode-se citar a biblioteconomia, a arquivística e a museologia.

Essa transformação pôde ser evidenciada, a partir de fins da década de 1960, com as movimentações estudantis clamando pela “quebra do controle do Estado sobre a cultura” e pela “democratização das universidades”, dentre outras reivindicações [SUANO, Marlene. **O que é Museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986], paralelamente ao aparecimento, na historiografia francesa, de temas da História Nova. Bibliotecas, Arquivos e Museus passaram a não querer serem mais olhados como “reservatórios” de documentos ou de “velharias” como comumente são identificados, mas sim como instituições vivas e dinâmicas que se integram à realidade social

existente. Para atender a essas transformações conceituais, museus, arquivos e bibliotecas redefiniram suas funções e seus espaços, criando exposições mais didáticas, com visual mais atrativo e textos reformulados, organizaram ou repensaram projetos educativos para estudantes e visitantes e integraram-se à comunidade através de atividades de interesse social e também adaptadas às pessoas que anteriormente não tinham acesso àqueles espaços “sacralizados”, como os deficientes físicos e visuais.

Certamente que as modificações conceituais e estruturais, na grande maioria das instituições brasileiras, ficaram longe de serem efetivadas, já que são dependentes de atitudes políticas de seus dirigentes e, conseqüentemente, da destinação de mais verbas para os empreendimentos culturais dos municípios e Estados. No entanto, pode-se observar diferenças significativas em algumas instituições museológicas de grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro e de pouquíssimas bibliotecas e arquivos históricos também nesses

Estados. Na maioria das vezes, essas instituições foram montadas em grandes casarões ou indústrias desativadas e que, para preservar suas próprias características históricas, foram “aproveitadas” como museus, arquivos ou outros centros culturais. Essas edificações antigas e, muitas vezes, tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional, não permitem grandes modificações e necessitam de vultosos investimentos financeiros para reformas e adaptações.

Em Joinville - SC, duas instituições podem ser citadas como inovadoras nos aspectos acima citados: O Museu Arqueológico de Sambaqui, que, desde sua fundação, em 1969, possui características de um “Museu Vivo”, com exposições de curta e longa duração didáticas e atuais cientificamente, projetos educativos dentro e fora da instituição e estudos sistemáticos de seu acervo e o Arquivo Histórico Municipal, que ao completar dez anos em suas novas e modernas instalações, passa a se preocupar, além da guarda e preservação de seu acervo, com projetos educativos e com a divulgação de seu

patrimônio arquivístico.

O objetivo central deste artigo é justamente colaborar na divulgação do patrimônio documental existente no Arquivo Histórico de Joinville e parte do qual foi utilizada durante as pesquisas desenvolvidas para meu doutoramento em História social.

Criado em março de 1972 com o objetivo de “recolher, registrar, guardar, classificar, catalogar e conservar” [Lei n.1182 que Cria o Arquivo Histórico Municipal de Joinville. 20 de março de 1972] toda documentação relativa à memória histórica de Joinville, o Arquivo Histórico Municipal funcionou, até 1986, provisoriamente, em uma sala contígua à Biblioteca Pública Municipal a direção de Adolfo Bernardo Schneider (1972-76), Apolinário Ternes (77-78), Norma Rathunde (Fev. a Abr./79), Sarah Gomes e Maria Tereza Böbel (Maio/79 a Maio/86).

O novo prédio, construído para ser um arquivo histórico, apresenta uma grande vantagem sobre a maioria dos arquivos públicos brasileiros, já que possui uma infra-estrutura que permite a

maior durabilidade dos documentos, através do controle de temperatura e umidade, do distanciamento entre o acervo e a luz solar, além de um serviço permanente de conservação e restauro. O prédio moderno, bem iluminado, com mobiliário adequado e com localização central, torna agradável a estada do pesquisador em suas instalações, mesmo porque, para aqueles que desejam fazer uma pesquisa mais longa, são oferecidas cabines individuais onde a privacidade é garantida.

A documentação existente no Arquivo Histórico de Joinville está, igualmente, em boas condições para o pesquisador. Essa situação se deve a, principalmente, quatro fatores, sem que a ordem aqui estabelecida signifique graus de importância: o primeiro, está relacionado ao fato de ser a História de Joinville bastante recente, ou seja, remontar a meados do século passado, o que colaborou, naturalmente para a preservação da documentação escrita, o segundo, pelo próprio cuidado pelo qual esses documentos foram guardados pela

comunidade e pelo poder público, zelosos que são sobre suas origens, em terceiro lugar poderíamos citar a infra-estrutura do prédio em que estão acondicionados, e, em último, mas fundamental, a qualidade do serviço humano ali prestado no cuidado para com sua preservação.

Consideradas as condições de uso da documentação e de conforto do pesquisador, faz-se necessário observar algumas características intrínsecas aos documentos utilizados, durante três anos de pesquisas, para a análise institucional do Hospital Municipal São José de Joinville, pioneiro na cidade e na região nordeste do Estado de Santa Catarina.

Como salienta Jacques Le Goff, “o documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e por seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades de passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer **a verdade**” [LE GOFF, Jaque. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.

54]. Dessa forma, ao penetrarmos nos “arquivos de Joinville”, devemos ter em mente qual a sociedade que produziu os documentos que os compõem, quais seus costumes, seus interesses, sua ideologia. . .

Um trabalho “de arquivo”, ou em documentação primária, não se faz sem que haja, inicialmente, uma revisão bibliográfica que identifique ao pesquisador, os traços essenciais da sociedade que vai analisar, só assim a pesquisa será produtiva.

No caso de Joinville, cidade construída por imigrantes, na maioria alemães, na segunda metade do século XIX, onde uma pequena camada social, culta e letrada, dominou os meios de comunicação, e os poderes públicos, durante praticamente um século, há de se observar que todos os documentos oficiais e os jornais, dessa época, foram escritos por e para essas pessoas, enquanto uma outra grande parte da população, iletrada e, na maioria, composta por agricultores que moravam afastados do centro urbano, aparece apenas nas entrelinhas daqueles documentos.

Além dessa observação, deve-se, ainda acrescentar, mas sem esgotar as várias precauções que o pesquisador deve ter, o fato de existir, no AHJ, uma grande quantidade de documentos escritos em alemão, principalmente relativos ao século passado e que, o surgimento de documentos escritos em português, já no início desse século, deveu-se a imposições federais e não ao aprendizado voluntário da língua nacional. O conhecimento da realidade nacional e estadual, principalmente em relação à legislatura, é essencial para não se identificar obrigações legais como sendo ações voluntaristas.

Feitas as ressalvas necessárias, pode-se conceber algumas considerações sobre a documentação escrita, maior parte do acervo do AHJ.

As ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL e as do CONSELHO MUNICIPAL, assim como os RELATÓRIOS DE SUPERINTENDENTES E RELATÓRIOS DE PREFEITOS, retratam o cotidiano da cidade desde seu início. Documentos manuscritos em português, as Atas estão

encadernadas e em perfeito estado de conservação, cuja leitura, aos olhos acostumados, são relativamente simples. Já os Relatórios encontram-se impressos, o que facilita ainda mais a consulta. Esses documentos, produzidos pelo poder público, sempre foram considerados documentos históricos, por isso utilizados na grande maioria dos trabalhos, tendo-se em vista serem documentos que apresentam informações voltadas à administração pública das cidades. Atualmente, essa documentação está sendo revisitada por historiadores que buscam informações sobre o dia a dia das pessoas.

O cotidiano também pode ser encontrado nos diversos jornais existentes no AHJ, além do raro KOLONIE ZEITUNG, escrito em alemão e representante dos interesses do imigrante alemão, existem vários periódicos escritos em português e que, por isso, são de mais fácil acesso à maioria dos pesquisadores: o JORNAL DE JOINVILLE, a GAZETA DE JOINVILLE e a GAZETA DO COMÉRCIO, que existiram durante vários anos e o Sul, a

FOLHA LIVRE, o CORREIO DO NORTE, o CONSTITUCIONAL, e o COMÉRCIO DE JOINVILLE, que tiveram existência bastante reduzida e A NOTÍCIA de 1946 até os dias de hoje. Pode-se recolher informações as mais diversas possíveis nos jornais, por isso estão sendo cada vez mais, utilizados na pesquisa histórica.

Sem se esquecer de observar as questões ideológicas que envolvem as matérias jornalísticas, o historiador pode, além das notícias mais evidentes sobre política e economia, se deliciar com as propagandas, que apresentam o que era consumido na cidade, o que era oferecido para cada uma das situações cotidianas, como, por exemplo, remédios para as doenças que incomodavam a população. Em épocas de epidemias, registra-se nos jornais, inúmeras ofertas de medicamentos específicos para a solução do problema, assim como anúncios de médicos ou farmacêuticos que poderiam ajudar durante a crise. A frequência ou ausência de determinados anúncios podem ser indicadores importantes para a análise de diferentes temas históricos.

Além da documentação, mais tradicional ao historiador, o AHJ possui a coleção dos LIVROS DE ENTRADAS E SAÍDAS DE PACIENTES do Hospital Municipal São José, desde 1913, que foram doadas por essa instituição ao AHJ, por ocasião do início de minhas pesquisas em 1987 e que agora estão disponíveis a qualquer pesquisador. Contendo informações sobre: sexo, idade, residência, profissão, doenças diagnosticadas, data de entrada e saída dos pacientes daquele Hospital, são documentos que podem ser utilizados em diversos temas históricos de Joinville.

Salienta-se, ainda, o belo trabalho desenvolvido pelo Laboratório de História Oral localizado no AHJ e conveniado com a Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. Entrevistas com inúmeras pessoas das mais diferentes classes sociais, ajudam a compor a história da cidade e estão registradas e à disposição do pesquisador. Fontes orais são complementos importantíssimos para a documentação escrita e trazem o sentimento e a vivência, que não encontramos em outras

fontes.

As fotografias, por sua vez, também fizeram parte das pesquisas desenvolvidas no AHJ e apresentam-se fontes cada vez mais presentes na historiografia. A imagem possibilita a integração de inúmeras informações recolhidas na documentação escrita e permite, também, a visualização de realidades vislumbradas nas entrevistas orais. Tratam-se de documentos indispensáveis na análise histórica.

Através de um trabalho de restauro, reprodução e conservação atualizado e freqüente, a documentação fotográfica do AHJ está, em grande parte, catalogada e, além de fazer parte das pesquisas de profissionais e leigos, assim como as entrevistas orais, é um elo importante entre a instituição e a comunidade que colabora na identificação das fotos existentes e na doação de outras, que faz do acervo fotográfico do AHJ um dos mais envolventes da instituição.

Falar do acervo documental de um arquivo histórico é para o historiador um assunto inesgotável, na medida em que as interpretações e leituras que se pode fazer dele são infinitas. Sempre é possível utilizar

um mesmo documento para análises diferentes, como também é possível encontrar, a cada análise, novos documentos históricos. Essa é uma das grandes contribuições da História Nova e que faz com que, cada vez mais, Arquivos, Bibliotecas e Museus, se modernizem para acompanhar a evolução das pesquisas históricas. Para a História Nova tudo pode ser documento histórico, daí o grande desafio: o que preservar e o que descartar?

Preocupada com essa e outras questões teóricas, a direção do AHJ está procurando dividir a grande responsabilidade social, cultural e

científica, que lhe pesa, através da criação de um CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO, a partir de 1995, composto por profissionais de várias áreas do conhecimento e do estabelecimento de convênio com a Universidade local e outros órgãos ligados à ciência arquivística. Nós, historiadores, contamos com o bom senso e a constante informação dos dirigentes públicos para a preservação de um trabalho sério como está sendo desenvolvido no Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Parabéns AHJ pelo profissionalismo. □

Estados. Na maioria das vezes, essas instituições foram montadas em grandes casarões ou indústrias desativadas e que, para preservar suas próprias características históricas, foram “aproveitadas” como museus, arquivos ou outros centros culturais. Essas edificações antigas e, muitas vezes, tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional, não permitem grandes modificações e necessitam de vultosos investimentos financeiros para reformas e adaptações.

Em Joinville - SC, duas instituições podem ser citadas como inovadoras nos aspectos acima citados: O Museu Arqueológico de Sambaqui, que, desde sua fundação, em 1969, possui características de um “Museu Vivo”, com exposições de curta e longa duração didáticas e atuais cientificamente, projetos educativos dentro e fora da instituição e estudos sistemáticos de seu acervo e o Arquivo Histórico Municipal, que ao completar dez anos em suas novas e modernas instalações, passa a se preocupar, além da guarda e preservação de seu acervo, com projetos educativos e com a divulgação de seu

patrimônio arquivístico.

O objetivo central deste artigo é justamente colaborar na divulgação do patrimônio documental existente no Arquivo Histórico de Joinville e parte do qual foi utilizada durante as pesquisas desenvolvidas para meu doutoramento em História social.

Criado em março de 1972 com o objetivo de “recolher, registrar, guardar, classificar, catalogar e conservar” [Lei n.1182 que Cria o Arquivo Histórico Municipal de Joinville. 20 de março de 1972] toda documentação relativa à memória histórica de Joinville, o Arquivo Histórico Municipal funcionou, até 1986, provisoriamente, em uma sala contígua à Biblioteca Pública Municipal a direção de Adolfo Bernardo Schneider (1972-76), Apolinário Ternes (77-78), Norma Rathunde (Fev. a Abr./79), Sarah Gomes e Maria Tereza Böbel (Maio/79 a Maio/86).

O novo prédio, construído para ser um arquivo histórico, apresenta uma grande vantagem sobre a maioria dos arquivos públicos brasileiros, já que possui uma infra-estrutura que permite a

maior durabilidade dos documentos, através do controle de temperatura e umidade, do distanciamento entre o acervo e a luz solar, além de um serviço permanente de conservação e restauro. O prédio moderno, bem iluminado, com mobiliário adequado e com localização central, torna agradável a estada do pesquisador em suas instalações, mesmo porque, para aqueles que desejam fazer uma pesquisa mais longa, são oferecidas cabines individuais onde a privacidade é garantida.

A documentação existente no Arquivo Histórico de Joinville está, igualmente, em boas condições para o pesquisador. Essa situação se deve a, principalmente, quatro fatores, sem que a ordem aqui estabelecida signifique graus de importância: o primeiro, está relacionado ao fato de ser a História de Joinville bastante recente, ou seja, remontar a meados do século passado, o que colaborou, naturalmente para a preservação da documentação escrita, o segundo, pelo próprio cuidado pelo qual esses documentos foram guardados pela

comunidade e pelo poder público, zelosos que são sobre suas origens, em terceiro lugar poderíamos citar a infra-estrutura do prédio em que estão acondicionados, e, em último, mas fundamental, a qualidade do serviço humano ali prestado no cuidado para com sua preservação.

Consideradas as condições de uso da documentação e de conforto do pesquisador, faz-se necessário observar algumas características intrínsecas aos documentos utilizados, durante três anos de pesquisas, para a análise institucional do Hospital Municipal São José de Joinville, pioneiro na cidade e na região nordeste do Estado de Santa Catarina.

Como salienta Jacques Le Goff, “o documento não é inocente, não decorre apenas da escolha do historiador, ele próprio parcialmente determinado por sua época e por seu meio; o documento é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades de passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer **a verdade**” [LE GOFF, Jaque. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.

54]. Dessa forma, ao penetrarmos nos “arquivos de Joinville”, devemos ter em mente qual a sociedade que produziu os documentos que os compõem, quais seus costumes, seus interesses, sua ideologia. . .

Um trabalho “de arquivo”, ou em documentação primária, não se faz sem que haja, inicialmente, uma revisão bibliográfica que identifique ao pesquisador, os traços essenciais da sociedade que vai analisar, só assim a pesquisa será produtiva.

No caso de Joinville, cidade construída por imigrantes, na maioria alemães, na segunda metade do século XIX, onde uma pequena camada social, culta e letrada, dominou os meios de comunicação, e os poderes públicos, durante praticamente um século, há de se observar que todos os documentos oficiais e os jornais, dessa época, foram escritos por e para essas pessoas, enquanto uma outra grande parte da população, iletrada e, na maioria, composta por agricultores que moravam afastados do centro urbano, aparece apenas nas entrelinhas daqueles documentos.

Além dessa observação, deve-se, ainda acrescentar, mas sem esgotar as várias precauções que o pesquisador deve ter, o fato de existir, no AHJ, uma grande quantidade de documentos escritos em alemão, principalmente relativos ao século passado e que, o surgimento de documentos escritos em português, já no início desse século, deveu-se a imposições federais e não ao aprendizado voluntário da língua nacional. O conhecimento da realidade nacional e estadual, principalmente em relação à legislatura, é essencial para não se identificar obrigações legais como sendo ações voluntaristas.

Feitas as ressalvas necessárias, pode-se conceber algumas considerações sobre a documentação escrita, maior parte do acervo do AHJ.

As ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL e as do CONSELHO MUNICIPAL, assim como os RELATÓRIOS DE SUPERINTENDENTES E RELATÓRIOS DE PREFEITOS, retratam o cotidiano da cidade desde seu início. Documentos manuscritos em português, as Atas estão

encadernadas e em perfeito estado de conservação, cuja leitura, aos olhos acostumados, são relativamente simples. Já os Relatórios encontram-se impressos, o que facilita ainda mais a consulta. Esses documentos, produzidos pelo poder público, sempre foram considerados documentos históricos, por isso utilizados na grande maioria dos trabalhos, tendo-se em vista serem documentos que apresentam informações voltadas à administração pública das cidades. Atualmente, essa documentação está sendo revisitada por historiadores que buscam informações sobre o dia a dia das pessoas.

O cotidiano também pode ser encontrado nos diversos jornais existentes no AHJ, além do raro KOLONIE ZEITUNG, escrito em alemão e representante dos interesses do imigrante alemão, existem vários periódicos escritos em português e que, por isso, são de mais fácil acesso à maioria dos pesquisadores: o JORNAL DE JOINVILLE, a GAZETA DE JOINVILLE e a GAZETA DO COMÉRCIO, que existiram durante vários anos e o Sul, a

FOLHA LIVRE, o CORREIO DO NORTE, o CONSTITUCIONAL, e o COMÉRCIO DE JOINVILLE, que tiveram existência bastante reduzida e A NOTÍCIA de 1946 até os dias de hoje. Pode-se recolher informações as mais diversas possíveis nos jornais, por isso estão sendo cada vez mais, utilizados na pesquisa histórica.

Sem se esquecer de observar as questões ideológicas que envolvem as matérias jornalísticas, o historiador pode, além das notícias mais evidentes sobre política e economia, se deliciar com as propagandas, que apresentam o que era consumido na cidade, o que era oferecido para cada uma das situações cotidianas, como, por exemplo, remédios para as doenças que incomodavam a população. Em épocas de epidemias, registra-se nos jornais, inúmeras ofertas de medicamentos específicos para a solução do problema, assim como anúncios de médicos ou farmacêuticos que poderiam ajudar durante a crise. A frequência ou ausência de determinados anúncios podem ser indicadores importantes para a análise de diferentes temas históricos.

Além da documentação, mais tradicional ao historiador, o AHJ possui a coleção dos LIVROS DE ENTRADAS E SAÍDAS DE PACIENTES do Hospital Municipal São José, desde 1913, que foram doadas por essa instituição ao AHJ, por ocasião do início de minhas pesquisas em 1987 e que agora estão disponíveis a qualquer pesquisador. Contendo informações sobre: sexo, idade, residência, profissão, doenças diagnosticadas, data de entrada e saída dos pacientes daquele Hospital, são documentos que podem ser utilizados em diversos temas históricos de Joinville.

Salienta-se, ainda, o belo trabalho desenvolvido pelo Laboratório de História Oral localizado no AHJ e conveniado com a Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. Entrevistas com inúmeras pessoas das mais diferentes classes sociais, ajudam a compor a história da cidade e estão registradas e à disposição do pesquisador. Fontes orais são complementos importantíssimos para a documentação escrita e trazem o sentimento e a vivência, que não encontramos em outras

fontes.

As fotografias, por sua vez, também fizeram parte das pesquisas desenvolvidas no AHJ e apresentam-se fontes cada vez mais presentes na historiografia. A imagem possibilita a integração de inúmeras informações recolhidas na documentação escrita e permite, também, a visualização de realidades vislumbradas nas entrevistas orais. Tratam-se de documentos indispensáveis na análise histórica.

Através de um trabalho de restauro, reprodução e conservação atualizado e freqüente, a documentação fotográfica do AHJ está, em grande parte, catalogada e, além de fazer parte das pesquisas de profissionais e leigos, assim como as entrevistas orais, é um elo importante entre a instituição e a comunidade que colabora na identificação das fotos existentes e na doação de outras, que faz do acervo fotográfico do AHJ um dos mais envolventes da instituição.

Falar do acervo documental de um arquivo histórico é para o historiador um assunto inesgotável, na medida em que as interpretações e leituras que se pode fazer dele são infinitas. Sempre é possível utilizar

um mesmo documento para análises diferentes, como também é possível encontrar, a cada análise, novos documentos históricos. Essa é uma das grandes contribuições da História Nova e que faz com que, cada vez mais, Arquivos, Bibliotecas e Museus, se modernizem para acompanhar a evolução das pesquisas históricas. Para a História Nova tudo pode ser documento histórico, daí o grande desafio: o que preservar e o que descartar?

Preocupada com essa e outras questões teóricas, a direção do AHJ está procurando dividir a grande responsabilidade social, cultural e

científica, que lhe pesa, através da criação de um CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO, a partir de 1995, composto por profissionais de várias áreas do conhecimento e do estabelecimento de convênio com a Universidade local e outros órgãos ligados à ciência arquivística. Nós, historiadores, contamos com o bom senso e a constante informação dos dirigentes públicos para a preservação de um trabalho sério como está sendo desenvolvido no Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Parabéns AHJ pelo profissionalismo. □

OS PRIMEIROS ANOS DA COLÔNIA DONA FRANCISCA: IMIGRAÇÃO E TRABALHO

MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES
(Universidade Federal do Paraná)

Inúmeros viajantes europeus visitaram a província de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XIX, muitos deles a serviço de companhias européias interessadas em enviar emigrantes para esta região. Outros, a serviço do governo imperial, preocupado em povoar as regiões de fronteiras, tendo em vista a necessidade de preservar a integridade territorial do Brasil.

Dentre eles, encontramos, no Arquivo Histórico de Joinville, um texto de Jorge Elerz, escrito sob forma de carta ao governo provincial em 1846, em língua castelhana. Nesta missiva, Elerz formula primeiramente uma avaliação sobre a política migra-

tória, argumentando que desde a independência do Brasil foi intenção do governo aumentar o número de trabalhadores livres. Muitas somas foram gastas para mandar vir colonos de vários países, portugueses, italianos, suíços, ilhéus e alemães. Entretanto, as colônias dos franceses e dos italianos se dissolveram, outras ficaram isoladas em seus próprios núcleos e, com isso, *não diminuíram a inconveniência de se ter um grande número de escravos no país*¹.

Segundo ele, para que o projeto de colonização lograsse bons resultados, era necessário que se tomassem algumas

¹ *De como fundar Colônias em Santa Catarina*. 1846. Acervo Ficker, rolo 2. Arquivo Histórico de Joinville. Tradução livre da autora.

medidas, submetidas a um plano por ele desenhado especificamente para Santa Catarina.

Além da construção de estradas (indispensável para o escoamento dos diversos produtos a serem cultivados), afirmava ainda o autor:

*“é mister que o governo faça diligências aos primeiros colonos para que obtenham um pequeno subsídio para o primeiro estabelecimento. E por consequência disto, eles serão obrigados de assistir seus irmãos e patrícios seqüentes com a mesma norma, especialmente lhes prestarão essa ajuda e assistência em utensílios, uma despesa que eqüivalerá aquela mesma que ele recebeu.”*²

Além deste compromisso, uma outra exigência deveria ser cumprida. O governo deveria instalar um orientador, para explicar como e quando plantar. E providenciar também às suas custas, párocos e mestres, que cuidarão, como eles são peritos, na língua dos pais como dos

colonos. Os párocos devem ser obrigados às funções de seus empregos, a obedecer as regras canônicas de sua igreja. Porém nenhuma igreja deve exercer a intolerância, nenhuma deve fanaticamente perseguir a outra. (...) O pároco será obrigado também de documentar as listas de famílias e suas gerações. Por estas, tenciona-se assegurar aos colonos como a seus descendentes as heranças neste país. (...)

Sua presença é fundamental, e devem eles trabalhar em plena comunhão com o Estado, porquanto

Há quem não conheça a influência destes servos, de levar o ensino para formar cidadãos morais e úteis? Quem não sabe que influência as mesmas políticas dos padre e mestres têm no patriotismo ou impatriotismo?

Mas, segundo Elerz, tanto párocos como colonos devem ser considerados estrangeiros por vinte anos, para evitar resistências entre aqueles que são contrários à imigração, pois se estrangeiros,

² Idem

não poderiam se fazer representar como cidadãos.

No momento da seleção, o governo deve eleger os vinte mais ricos dentre os que desejam emigrar. A eles, devem ser doados terrenos, preparar as primeiras instalações, orientar sobre os melhores plantios. E serão estes, num futuro bem próximo, a responsabilizarem-se pela contratação de outros imigrantes, de origem pobre. Pois assim, *eles serão empregados de seus próprios compatriotas*.

O plano visava dotar o processo colonizador de uma outra racionalidade disciplinadora do que aquela que fora tentada, por exemplo, nas fazendas de café de São Paulo, em que os imigrantes se sujeitavam ao poder dos fazendeiros nacionais. Neste outro caso, o governo exerceria controle apenas sobre 20 indivíduos, que por seu lado, controlariam os demais colonos, já que o lucro de suas terras dependeria da produtividade de seu trabalho (pois as dívidas com a viagem e primeiras instalações seriam

contraídas com aqueles pioneiros). Além disto, eram membros da mesma cultura (língua, religião, costumes) e, o mais vantajoso, tanto dirigentes como subalternos, estrangeiros. Ademais, a presença do clero, mantida pelo próprio governo, assumiria um papel religioso e secular, de vez que a eles caberia a tarefa de educar, alfabetizar, *domar os vícios e evitar desordens*.

Não temos registros sobre a importância das recomendações de Jorge Elerz para a colonização de Santa Catarina. Entretanto, coincidência ou não, foi este o modelo que a Sociedade Colonizadora de Hamburgo tentou aplicar em Joinville, àquela na época Colônia Dona Francisca. A Sociedade Colonizadora de Hamburgo possuía 20 sócios e objetivava, em médio prazo, estabelecer relações comerciais com o Brasil, já que as regiões que formariam a Alemanha não possuíam colônias. Seus navios levavam emigrantes e traziam açúcar, café e condimentos.

Com a compra das terras do

Príncipe de Joinville, esperava-se implantar uma colonização sob o regime de locação de serviços. Logo no início, Edward Schröder (filho de um empresário da SCH) fez contratos com diversos membros de aldeias na Suíça, e se incumbiu de trazer também 78 noruegueses: para os primeiros, destinaram-se lotes de 20 hectares, enquanto que para os segundos, lotes de apenas 8 hectares.

Estes dados são importantes, pois a história da colonização de Joinville é muitas vezes idealizada a partir do modelo norte-americano: tratava-se de colonos proprietários em busca de um “Novo Mundo”, todos herdeiros dos ideais da Revolução de 1848, em busca de liberdade e igualdade.

Não são a estas constatações que podemos chegar quando examinamos alguns documentos deste período, sob a guarda do Arquivo Histórico de Joinville. Ali, encontram-se diversos testemunhos que evidenciam uma situação de constantes conflitos entre os sócios da SCH e os

imigrantes. De fato, a propaganda que se veiculava na Alemanha sobre Dona Francisca falava de terras férteis e acessíveis, de viagens subsidiadas, de um lugar onde a liberdade de opinião e de associação era garantida a todos. Mas o que se pretendia, na realidade, era trazer colonos que, mesmo que se tornassem proprietários de um pequeno lote, constituir-se-iam mão de obra barata para uma determinada elite que representava os interesses da SCH.

Um exemplo disto é a divisão de trabalho entre membros de uma mesma família, como se evidencia na seguinte carta:

Querido cunhado,

(...) Nós estamos com saúde, estamos trabalhando bastante nesta colônia. A mamãe (sua esposa) tem lavado roupas para os alemães, por isto nós temos ganhado muito dinheiro. Temos recebido da administração 30 vinténs. A Ursula e a Bárbara, cada uma 15 vinténs e o Martin 40 vinténs. O Alexandre, 7

vinténs. Com isto podemos construir uma cabana e recebemos mais ou menos 6 morgos de terra. A nossa cabana tem 33 pés de comprimento e 27 pés de largura e 18 de altura, com 4 departamentos e é coberta de palmeiras. Depois que construímos nossa cabana, temos trabalhado no nosso lote e um tempo como diaristas. Nossos filhos estão trabalhando com os senhores da colônia. Por exemplo, Ursula está trabalhando como o Sr. Frankenberg, o diretor da colônia e a Barbara, com o senhor Rodowicz, e eles são senhores bastante bons. (...)

de Martin Müller para Heinrich Stahl³

Estas condições não correspondiam obviamente às expectativas dos imigrantes, influenciados que foram pela propaganda realizada pela SCH na região de origem. Por outro lado, a diretoria era composta por compatriotas, que assumiam a

posição de orientadores dos colonos, de seus representantes perante as autoridades brasileiras, a quem, aliás, sempre se atribuía a responsabilidade pelas dificuldades que os colonos enfrentavam.

Face a estas primeiras experiências, muitos pioneiros remigraram para São Paulo, Curitiba ou Porto Alegre. Outros lograram organizar suas atividades à revelia das imposições da SCH, comprando terras do próprio governo brasileiro ou estabelecendo-se na cidade, como artesãos ou comerciantes. Mas a grande maioria dos emigrados subordinou-se aos contratos da empresa, pois não dispunha de recursos para remigrar e nem para comprar lotes maiores. Além disto, desconhecia o idioma e as leis brasileiras, e seus protestos só podiam ser dirigidos a seus *patrões compatriotas*, uma vez que não eram cidadãos deste país.

Estes breves comentários nos fazem questionar as diversas

³ Jornal *Mittheilung* Dona Francisca deutsche Kolonie in der südbrasilianischen Provinz Santa Catarina - Hamburg, ago 1852 nº 1 p. 14. Arquivo Histórico de Joinville - Tradução livre da autora

interpretações que apontam para a colonização de Joinville como promotora do trabalho livre, da propriedade e do progresso social. Em que pese isto ter ocorrido, bem mais nesta colônia do que em outras estabelecidas à mesma época no Brasil, isto se deveu ao patrimônio trazido por uma parcela dos imigrantes e pelo árduo trabalho de todos os membros das famílias, como sugere a citação anterior. E nos fazem refletir também que o processo de exploração econômica dos trabalhadores no mundo

capitalista desconhece fronteiras ou nacionalidade. Para os *patrões compatriotas*, sentimentos de solidariedade, de identidade religiosa ou nacional são colocados num segundo plano, em favor da lógica do mercado.

As celebrações da imigração alemã como um acontecimento que trouxe para o Brasil um povo unido e homogêneo não resistem, pois, às evidências de uma pesquisa como esta: para nós, ficou claro que entre Velho e Novo mundo havia um longo caminho a percorrer. □

CURSO DE CAPACITAÇÃO

Foi concluída a terceira e última etapa do Curso de Introdução à Arquivologia ministrado pelas professoras Sueli M. V. Petry e Cristina Ferreira, fruto de intercâmbio com o Arquivo Histórico “José Ferreira da Silva” de Blumenau. O curso teve como objetivo o aprimoramento técnico da equipe do AHJ.

ADOLFO BERNARDO SCHNEIDER E ELLY HERKENHOFF

Em janeiro, o AHJ prestou homenagem aos seus fundadores, Sr. Adolfo Bernardo Schneider e Sra. Elly Herkenhoff, que completaram 90 anos, ele no dia 06/01 e ela no dia 15/01. Descendentes de imigrantes alemães, os dois são incansáveis pesquisadores, cuja idade não interfere no importante trabalho de desvendamento da história de seus antepassados.

REATIVAÇÃO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL

Através de convênio firmado entre a Fundação Cultural de Joinville e a UNIVILLE, foi reativado, a partir de março, o Laboratório de História Oral. Em pleno funcionamento no Arquivo Histórico, a equipe, coordenada pela prof^a Dúnia de Freitas, recebeu todos os materiais relacionados às fontes orais existentes no Depto. de História da UNIVILLE, os quais foram incorporados ao acervo existente no AHJ. As entrevistas (gravadas e transcritas) serão catalogadas e estarão à disposição dos pesquisadores já no próximo semestre.

REGIMENTO INTERNO DO AHJ

O Regimento Interno do AHJ foi encaminhado, em abril, à presidência da FCJ para aprovação. Num trabalho participativo, colaboraram para as propostas inovadoras deste Regimento, o Grupo Técnico-Científico e funcionários, sempre com vistas à sua adequação ao Estatuto e Regimento da FCJ, recentemente reformulados. □

ESTÁGIOS

De acordo com o Programa de Estágio do AHJ que prevê atividades para oito estagiários, a PMJ efetivou a contratação de dois estagiários do Curso de História da UNIVILLE para desempenhar atividades no Laboratório de História Oral e no Setor de Documentos Textuais. São eles: Cristóvão Petry e Clarita Mitiko Izago. □

FUNDO DO PODER LEGISLATIVO

A Câmara de Vereadores de Joinville, numa atitude exemplar de conservação e preservação de documentos, resolveu pôr em prática um plano de microfilmagem de toda a sua documentação gerada durante o século XIX, sob a guarda do AHJ. Desta maneira, todo o Fundo do Poder Legislativo estará à disposição dos pesquisadores através de microfilmes. □

DEBATE

Realizou-se em 11/06/96, no auditório da UNIVILLE, o debate “A Construção do Fato: a relação Jornalismo e História” numa promoção do AHJ e do Depto de História. O debate contou com a presença de jornalistas, professores e estudantes. Pelo êxito conseguido, novos debates devem ser programados, objetivando a reflexão acerca das fontes e registros históricos. □

CONCURSO PÚBLICO

Em junho último a Fundação Cultural de Joinville realizou o 1º Concurso Público para provimento de cargos da área cultural. Inédito no Município, o concurso foi possível após a aprovação da lei que institui o quadro de cargos e salários e respectiva lotação. Com esta medida a Fundação Cultural de Joinville está, finalmente, possibilitando a formação de equipe multidisciplinar, técnico-científica, em suas unidades. (MUSEUS, AHJ, CASA DA CULTURA). □

AGENDA DE EXPOSIÇÕES - 2º SEMESTRE

| MÊS | EXPOSIÇÕES | LOCAL |
|----------|---|-------------------------------|
| JUNHO | O Cartão Postal Viaja no Tempo Rio Cachoeira em Perspectiva | A.H.J. UNIVILLE |
| JULHO | 11 a 29 - Vivendo a Arte de Vestir a Dança | A.H.J. |
| AGOSTO | 10/08 - Rio Cachoeira em Perspectiva | Shopping Cidade das Flores |
| SETEMBRO | 02 a 16 - Repensando a Era Vargas 17 a 30 - Fontes Iconográficas para a História Regional | A.H.J. |
| OUTUBRO | 02 a 13 - O Cartão Postal Viaja no Tempo 15 a 31 - Repensando a Independência do Brasil | A.H.J. |
| NOVEMBRO | Retrospectiva da Festa das Flores | A.H.J. |
| DEZEMBRO | Cartões Antigos de Natal | A.H.J. |



VISITAS NO AHJ

| | |
|--|------------|
| - Colégio Nova Era | 27 alunos |
| - Escola de 1º Grau da Creche Conde Modesto Leal | 44 alunos |
| - Colégio Adventista D. Pedro II (Pré-escola) | 102 alunos |
| - Escola Municipal Oswaldo Cabral (1º grau) | 96 alunos |
| - Escola Básica Adventista Bom Retiro (Pré-escola) | 22 alunos |
| - 8º Batalhão da Polícia Militar (Curso Conscientização Turística) | 25 alunos |
| - UNIVILLE/Curso de Geografia | 52 alunos |
| - UNIVILLE/Curso de História | 36 alunos |
| - Conjunto Educacional Gov. Celso Ramos (2º grau) | 144 alunos |
| - Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, ex-Procurador Geral da República, Cel. José Roberto Moretti Guedes, Srs. Luiz Sérgio Cavalcanti, Antônio L. Claudino e Profª Marilisa Balsini Schulz. | |



NOTA

A funcionária Terezinha Fernandes da Rosa concluiu no primeiro semestre deste ano o III CEARQ - III Curso de Pós-Graduação em Organização e Administração em Arquivos - a nível de Especialização. O curso foi realizado de julho de 1995 a março de 1996, num total de 405 horas/aula, na Universidade Federal de Santa Catarina, com a supervisão das professoras Eliana Maria dos Santos Bahia e Claudia Gonçalves de Sousa.



DOCUMENTOS INCORPORADOS AO ACERVO



Doação: Câmara de Vereadores de Joinville

- . 02 exemplares da Lei Orgânica do Município de Joinville
- . 28 rolos de microfilmes sobre documentos diversos da Câmara de Vereadores de Joinville, do nº 64 ao 91.

Doação: Diário Catarinense/RBS Jornal

- . Capa do Novo Atlas Melhoramentos

Doação: Dr. Aymoré Palhares

- . 01 Livro - Grandes Personagens da nossa história: Mapas históricos brasileiros;
- . 01 Atlas do Brasil (geral e regional), 1959. Organizado pela Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia e impresso nas Oficinas do Serviço Gráfico do IBGE, em Lucas - DF.

Doação: Sra. Silvia Regina Grawe Hartmann

- . 01 fita K7 da entrevista com o Sr. Livadário Nóbrega e a transcrição da mesma

Doação: Sr. Raul Augusto Schramm

- . 01 recibo de 2ª prestação de aquisição de um aparelho telefônico e respectiva ligação (EMPRESUL p/ Sr. Henrique Plothow);
- . 01 cópia da árvore genealógica da Família Schramm;
- . 01 cópia da árvore genealógica da Família de Raul Augusto Schramm;
- . 01 cópia da certidão de casamento do Sr. Venâncio Nicolau da Silva e Alvina Schramm;
- . 01 cópia da certidão de casamento dos Srs. Augusto e Alvina Schramm (em português e alemão) e cópia do brasão;
- . 01 cópia do Histórico da Família Schramm;
- . 02 cópias da genealogia da Família Schramm;
- . 01 fotografia da Família Plothow (filhos de Rudolf Plothow).

Doação: PMJ - Secretaria de Serviços Urbanos

- . Projetos arquitetônicos do período compreendido entre 1917 e 1971.

Doação: Sr. José Nicolau Mattoso

- . 48 fotografias p/b referente Centenário de Joinville;
- . 01 reprodução em sépia referente "Banquete oferecido pelo Diretório Político e Câmara Municipal de Joinville ao Presidente Washington Luiz no dia 25/10/1925 na Sociedade Harmonia Lyra;

Doação: Colégio Bom Jesus

- . 01 litografia referente à primeira fábrica de sabão e velas em Joinville.

Doação: Jornal A Notícia

- 01 fita K7 com entrevista realizada com a Sra. Elly Herkenhoff e Sr. Adolfo Bernardo Schneider pelo jornalista Fernando Karl.

Doação: Sra. Carmem Urban Homke

- 02 exemplares do Jornal A Notícia de 28/04/1923 e de 31/01/1980;
- 02 convites de Concerto na Sociedade Harmonia Lyra de 1902 e Banquete do Sr. Dr. Lauro Severiano Müller de 26/01/1912.

Doação: Indústria de Fundição Tupy Ltda

- 02 livros - MICHAELIS, H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa e Alemã. Ged.. Berlin, Leipzig, 1902. 2v.

Doação: Sr. Ademar Silveira

- 01 almanaque de 1923.

Doação: Sra. Dúnia de Freitas

- 01 Fr. Eugen Kohler, Gera e Leipzig 188(?)
Álbum natalino para a juventude, estampas para o lar e escola, na área de história de povos e países, com textos explicativos.

Doação: Sra. Raquel S. Thiago

- 06 fotografias referentes Escola XV de Outubro

Doação: Fundação Catarinense de Cultura

- Exposição - Luiz Vaz de Camões, Sua Vida e Sua Obra

Doação: Sra. Ligia S. Gomes

- 03 livros:
 - Calwer zweimal zweiunfünzig Biblisch Geschichten für Schulen und familien, 1928.
 - Zweite Biblisch Geschichte für Katholische Schulen, 1926.
 - Deutsches Lesebuch, 1909.

Doação: Sr. José da Silva

- 01 livro contendo nomes e localização de ruas da cidade, sem data e sem capa.
- 01 planta da cidade de Joinville , sem data.

Doação: Sr. Rudolf Hesse

- 02 certidões de óbito de Germano Hesse e Argemira Rebello Hess.

Doação: Bernd Dieter Freissler Schulze

- 48 cartazes referentes a festas regionais.

Doação: Sandra Guedes

- 13 apostilas do Curso de Conservação Documental - Centro Técnico em Celulose e Papel - IPT , de 1980.

Doação: Diário Catarinense

- 05 bandeiras de times de futebol de Santa Catarina.

Doação: Sra. Tânia dos Reis

- 12 fotografias de alunos em visita à Sra. Juracy Brosig - Secretaria Municipal de Educação. Período: entre 1973 e 1987.

PESQUISAS NO AHJ

- VIEIRA, Fabrícia
SAZAGO, Fabiano
Pesquisadores
Pesquisa: **Baía da Babitonga**
Finalidade: Trabalho para UFSC
- DEGE, Joachim
Jornalista
Pesquisa: **História de Joinville**
Finalidade: Matéria de Imprensa
- RICHTER, John C.
Funcionário Público Municipal
Pesquisa: **Genealogia - imigração e registros paroquiais**
Finalidade: Interesse particular - Dossiê Familiar
- KONRAD, Diomar
Publicitário
Pesquisa: **Histórico de Joinville**
Finalidade: Trabalho de Criação
- ROTHERT, Dietlinde Clara
Historiadora
Pesquisa: **Histórico da Embraco**
Finalidade: Exposição em Comemoração aos 25 anos da Embraco
- PEREIRA, Isabel Cristina
Estudante
Pesquisa: **25 Anos do Curso de Administração da UNIVILLE**
Finalidade: Projeto de Pesquisa
- KOLINI, Adriana Sirlei de Oliveira
Professora
Pesquisa: **D. Pio de Freitas**
Finalidade: Trabalho de Graduação
- SANTOS, Edson dos
Vigilante
Pesquisa: **Futebol Catarinense**
Finalidade: Resgate do Futebol Catarinense e a Memória junto à Federação Catarinense de Futebol

- SARQUIS, Aléssio Bessa
Professor Universitário
Pesquisa: *Cultura Catarinense*
Finalidade: Projeto de Pesquisa para a Pós-Graduação-Mestrado
- SCHNEIDER, Ruy Pedro
Magistrado
Pesquisa: *Poluição Ambiental*
Finalidade: Projeto de Pesquisa para a Pós-Graduação-Mestrado
- PILLOTTO, Silvia Sell Duarte
Professora
Pesquisa: *Fatos Históricos e Culturais da Sede Harmonia Lyra*
Finalidade: Desenvolvimento de atividades com alunos, Artigo e Projetos
- MOTTA, Silvia Paes Leme da
Professora e Psicóloga
Pesquisa: *Documentos que retratam a história da Assoc. Harmonia Lyra*
Finalidade: Artigo, Projeto de Atividades Docentes
- SEEFELDT, Iraci
Jornalista
Pesquisa: *A História das salas de cinema em Joinville*
Finalidade: Reportagem
- KASULDE, Daivis Rony
Estudante de Arquitetura
Pesquisa: *Composição Arquitetônica do Edifício-Sede da Farmácia Minâncora*
Finalidade: Conhecimento das influências arquitetônicas regionais na época.
- KARMANN, Gilmar
Estudante
Pesquisa: *1964 - O Sindicalismo e as Indústrias Têxteis de Joinville*
Finalidade: Projeto de Pesquisa para Monografia de Graduação
- PEREIRA, Sandra Godinho Maggessi
Estudante
Pesquisa: *O confronto entre índios e colonos na Colônia Dona Francisca (1851-1900)*
Finalidade: Apontamentos para o estudo da questão indígena na Colônia
- SILVA, Janine Gomes da
Professora
Pesquisa: *As Mulheres Joinvilenses do Século XIX*
Finalidade: Dissertação de Mestrado

PATROCÍNIO:

